

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

NÚBIA MARA DE OLIVEIRA SILVA

SUBJETIVANDO E OBJETIVANDO:

UMA EXPERIÊNCIA DE SELEÇÃO PARA BOLSA DE ESTUDOS

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

NÚBIA MARA DE OLIVEIRA SILVA

SUBJETIVANDO E OBJETIVANDO:

UMA EXPERIÊNCIA DE SELEÇÃO PARA BOLSA DE ESTUDOS

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação do (a) Prof.(a) Dr. (a) Maria Lúcia Rodrigues

SÃO PAULO

2007

Banca Examinadora

À minha família, com amor.

AGRADECIMENTOS

*“... todo esse tempo foi igual a dormir num navio
sem fazer movimento
mas tecendo o fio da água e do vento...”*

(João Bosco e Aldir Blanc:
O Cavaleiro e os Moinhos)

Agradeço, primeiramente, às minhas mães, Maria e Iracy, por me mostrarem com a própria vivência que as diferenças não são empecilhos para o amor e companheirismo, desde que haja respeito.

Aos meus irmãos e irmãs, pelo incentivo, amor, confiança e compreensão, sem os quais esta trajetória não seria possível. Agradeço em especial à Cida, esposo e filhos, pela acolhida nos momentos finais da pesquisa.

À minha orientadora, Maria Lúcia Rodrigues, por acreditar no meu objeto de estudo, pela partilha de conhecimento e, principalmente, pela história afetuosa construída.

Às Prof^{as}. Doutoras, Margarida Limena e Maria Lúcia Martinelli, pelas contribuições na Banca de Qualificação.

À PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- e à Unicastelo – Universidade Camilo Castelo Branco -, representadas pela Prof^a. Célia e Marina, respectivamente, por terem aceitado participar da pesquisa.

Às minhas amigas e também colegas de mestrado, Leia e Sandra, pelas trocas de experiência, pelo companheirismo e pela amizade.

Aos demais colegas de mestrado, pelas discussões que muito contribuíram para a construção do estudo.

À Kátia, secretária do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da PUC/SP, pela paciência, colaboração e carinho despendidos.

Aos meus amigos e colegas de trabalho: Alexandre, Amélia, Claudia, Helena, Kátia, Marco Antônio, Roberto, Rafael e tantos outros, pelas contribuições e compreensão.

Às minhas amigas, Adriana Bispo, Fatima Fontes, Fátima Araújo e Meggie, pelas valiosíssimas dicas, pela paciência, pelo apoio e pelo afeto demonstrado.

À Prof^a Yara Castro, pelo auxílio na decodificação da metodologia utilizada e pela espontaneidade.

À Direção dos Colégios Maristas Arquidiocesano de São Paulo e Nossa Senhora da Glória, pelo incentivo e confiança.

Aos bolsistas da PUC/SP e da Unicastelo, pelo incentivo e contribuição na pesquisa.

À CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal em Ensino Superior -, pela bolsa de estudos, sem a qual dificultaria a realização do mestrado.

À Direção do Cursinho da Poli, pela oportunidade da primeira experiência com a atividade de seleção para bolsa.

Agradeço, sobretudo, a DEUS e meu Anjo da Guarda, que através da minha fé me proporcionaram luz, paz, paciência e proteção.

*Se eu pudesse eu dava um toque em meu destino
Não seria um peregrino nesse imenso mundo cão
Nem o bom menino que vendeu limão
Trabalhou na feira pra comprar seu pão
Não aprendia as maldades que essa vida tem mataria
a minha fome sem ter que roubar ninguém
Juro que nem conhecia a famosa funabem
Onde foi a minha morada desde os tempos de neném
É ruim acordar de madrugada pra vender bala no trem
Se eu pudesse eu tocava em meu destino
Hoje eu seria alguém
Seria um intelectual
Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal
Muitos me chama de pivete
Mas poucos me deram um apoio moral
Se eu pudesse eu não seria um problema social*

Problema Social
Seu Jorge
Composição: Guará/ Fernandinho

RESUMO

TÍTULO DO TRABALHO: “Subjetivando e Objetivando: uma experiência de seleção para bolsa de estudos”

AUTORA: Núbia Mara de Oliveira Silva

Este estudo tem por objetivo investigar o processo de seleção para bolsa de estudos em duas Universidades filantrópicas e refletir sobre os aspectos intersubjetivos que fazem parte desse processo como caminho para uma humanização da seleção socioeconômica. A amostra foi constituída por dois grupos de sujeitos, sendo o primeiro formado por 2 profissionais que coordenam esta atividade nas Universidades e o segundo por 40 alunos bolsistas, com bolsa de caráter filantrópico. A partir de experiência anterior com bolsa de estudos constatamos que os aspectos intersubjetivos devem estar presentes no exercício de seleção para bolsa e, quando não observados, “desumanizam” a atividade, porque simplesmente enquadram os sujeitos no critério preestabelecido para concessão de bolsa. A entrevista com os profissionais coordenadores nos permitiu conhecer os Programas de bolsa das duas Universidades e constatamos que, de modo geral, dá-se pouca visibilidade aos aspectos intersubjetivos por receio de comprometer a isonomia do processo. A avaliação dos bolsistas sobre essa problemática foi obtida por meio de um questionário auto-informe, sendo os dados trabalhados por média de pontuação. Para tal, foi utilizado como banco de dados o programa SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*. A partir desta avaliação, constatamos que a forma dos alunos se relacionarem com essa atividade é muito peculiar, dependendo da história de vida de cada um, do seu modo de sentir, pensar e agir no mundo. E, por isso mesmo, verificamos que considerar esses aspectos é imprescindível para construir um instrumento de seleção que não seja frio, desconsiderando assim, a subjetividade daqueles que o constituem. Foi constatado ainda que a arte da escuta e a acolhida nos atendimentos para bolsa de estudos é a entrada para humanizar o processo de seleção de bolsistas nas Universidades.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsa de Estudos; Seleção Socioeconômica; Aspectos Intersubjetivos e Universidade Filantrópica.

ABSTRACT

TITLE: “Subjectifying and objectifying: an experience of election for scholarship”.

AUTHOR: Núbia Mara de Oliveira Silva

The objective of this study is investigate the process of election for scholarship in two Philanthropic Universities and to reflect on the intersubjective aspects that are part of this process, as way to humanize the socioeconomic election. The sample was constituted by two groups of citizens, the first one was formed by 2 professionals who co-ordinate this activity in the Universities and the second one by 40 students who got philanthropic scholarship. From previous experience with scholarship we evidence that the intersubjective aspects must be part of the exercise of election, and when they are not observed they “inhumanize” the activity, because they simply fit the citizens in the criterion preset for concession of scholarship. The interview with the coordinating professionals allowed us to know the Scholarship Programs of the two Universities and evidences that, in general way, little visibility to the intersubjective aspects is given for fear to compromise the isonomy of the process. The evaluation of the scholarship holders on this problematic was gotten by means of an auto-inform questionnaire, being the data worked for punctuation average. For such, program SPSS - Statistical Package for the Social Sciences - was used as data base. From this evaluation, we identified that the way of the students become related with this activity is very peculiar, depending on the history of life of each one, its way to feel, to think and to act in the world. And, therefore, we verify that considering these aspects is essential to construct an election instrument that is not cold, thus disrespecting, the subjectivity of those ones who constitute it. It was evidenced that the art of listening and receiving in the interviews for scholarship are the entrance to humanize the process of scholarship election in the Universities.

KEYWORD: Scholarship; Socioeconomic election; Intersubjective aspects and Philanthropic University.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	- 11 -
CAPÍTULO 1	
PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDOS SOCIAL NAS DUAS UNIVERSIDADES: UMA CONFIGURAÇÃO A PARTIR DOS PROFISSIONAIS COORDENADORES .-	32 -
1.1 Algumas Considerações sobre Vulnerabilidade e Exclusão Social	- 33 -
1.2 Algumas Considerações sobre a atual Política Governamental para o Ensino Superior.....	- 38 -
1.2.1 Políticas de ações afirmativas.....	- 39 -
1.3 As Universidades Filantrópicas e o Prouni.....	- 42 -
1.4 O Programa de Bolsa de Estudos Social na PUC/SP e na Unicastelo	- 43 -
1.4.1 Onde procurar as Informações sobre Bolsa nas Universidades	- 45 -
1.4.2 Procedimentos para Bolsa: Como solicitar?	- 46 -
1.4.3 O Critério para Bolsa.....	- 48 -
1.4.4 Processo de Renovação	- 49 -
1.4.5 A Metodologia para análise dos Pedidos de Bolsa.....	- 50 -
1.4.6 O Atendimento ao Aluno: O Jogo Intersubjetivo.....	- 52 -
1.4.7 As Concessões das Bolsas	- 53 -
1.4.8 O Perfil do aluno solicitante	- 53 -
1.4.9 A Comissão De Bolsa: O Espaço de decisão.	- 54 -
1.4.10 Algumas Características da Coordenação do Departamento de Bolsa de Estudos.....	- 55 -
CAPÍTULO 2	
A PESQUISA: O CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO.....-	56 -
2.1 Pré – Teste	- 61 -
2.2. População - Alvo.....	- 63 -
CAPÍTULO 3	
INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: A VISÃO DOS ALUNOS BOLSISTAS.....-	66 -
3.1 Caracterização dos Alunos Bolsistas.	- 68 -
3.2 As Classes de Bolsistas e as Variáveis.....	- 73 -
3.3 As Variáveis e as Duas Universidades.....	- 80 -
BIBLIOGRAFIA.....-	96 -
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
ANEXOS	- 102 -

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PESQUISADAS.....	- 69 -
TABELA 2: INSTITUIÇÃO EM QUE O ALUNO (A) CONCLUIU O ENSINO MÉDIO ..	- 70 -
TABELA 3: INCIDÊNCIA DE BOLSISTAS COM ISENÇÃO DA MENSALIDADE	- 70 -
TABELA 4: SEXO DOS ALUNOS (A).....	- 71 -
TABELA 5: IDADE DO (A) ALUNOS (A) BOLSISTAS	- 71 -
TABELA 6: ESTADO CIVIL DOS (A) ALUNOS (A)	- 72 -
TABELA 7: O ALUNO (A) AJUDA NO SUSTENTO DA FAMÍLIA	- 72 -
TABELA 8: O ALUNO (A) POSSUI FILHOS (A)	- 73 -
TABELA 9: CLASSES E VARIÁVEL SUBJETIVIDADE	- 74 -
TABELA 10: CLASSES E VARIÁVEL DIREITO SOCIAL.....	- 76 -
TABELA 11: CLASSES E VARIÁVEL ATENDIMENTO	- 78 -
TABELA 12: CLASSES E VARIÁVEL CRITÉRIOS	- 79 -
TABELA 13: A VARIÁVEL SUBJETIVIDADE E AS UNIVERSIDADES	- 81 -
TABELA 14: A VARIÁVEL DIREITO SOCIAL E AS UNIVERSIDADES	- 83 -
TABELA 15: A VARIÁVEL ATENDIMENTO E AS UNIVERSIDADES	- 84 -
TABELA 16: A VARIÁVEL CRITÉRIOS E AS UNIVERSIDADES.....	- 85 -
TABELA 17: AS DUAS UNIVERSIDADES E AS AFIRMATIVAS, DAS 4 VARIÁVEIS, QUE APRESENTARAM MAIOR HETEROGENEIDADE :	- 87 -

INTRODUÇÃO

“Subjetivando e Objetivando: uma experiência de seleção para bolsa de estudos” é um estudo sobre o processo de seleção de bolsistas em duas Universidades filantrópicas, buscando identificar e compreender as implicações que este processo apresenta, com a perspectiva de humanização dessa atividade.

Analizamos o processo de seleção de bolsa da PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – e da Unicastelo – Universidade Camilo Castelo Branco - a partir das considerações dos profissionais coordenadores desta atividade nas referidas Instituições e da avaliação dos alunos bolsistas sobre os vários aspectos que compõem esta atividade, dando ênfase às questões de ordem intersubjetiva e demonstrando como o olhar para essa dimensão pode possibilitar a construção de um processo mais ético, respeitoso, participativo e humano.

Durante o mapeamento das Universidades¹ privadas com sede na cidade de São Paulo, nos deparamos com uma diversidade de modalidades de bolsa de estudos, entre as quais: bolsa assistencial, bolsa por mérito acadêmico, bolsa monitoria, bolsa CCT – Convenção Coletiva de Trabalho, bolsa de iniciação científica, bolsa estágio, bolsa atleta e bolsa ProUni.

Nesse universo, a presente pesquisa tem como proposta investigar o processo de concessão de bolsa de estudos social. Para as Universidades investigadas, como veremos a seguir, se configurará como bolsa doação e/ ou filantrópica.

A bolsa social é entendida aqui como aquela concedida aos estudantes (solicitantes) a partir da análise de indicadores sociais e econômicos, ou seja, concede-se por critério socioeconômico e/ ou carência financeira.

¹ Dentre os vários tipos de Instituições de Ensino Superior, quanto a sua natureza, escolhemos as Universidades por serem Instituições que, além de desenvolver as funções de ensino, pesquisa e extensão, abarcam todas as áreas do conhecimento (humanas, biológicas e exatas),

A bolsa de estudos social é vista também como um tipo de mecanismo disponível nas Universidades privadas filantrópicas para possibilitar a permanência e/ ou inserção de novos estudantes em situação socioeconômica e financeira vulnerável no ensino superior; bem como um direito assegurado por lei² a estudantes em situação de carência financeira e uma obrigação das Universidades filantrópicas em contrapartida às isenções fiscais recebidas.

Assim, compreendemos o “processo de concessão de bolsa de estudos social” como uma ação que implica a garantia de um direito, a construção de um instrumental metodológico - com critérios seletivos transparentes e efetivos - e a elaboração de procedimentos para sua operacionalização, assim como: a atividade de atendimento - ou exercício de seleção - que, por sua vez, implica no jogo intersubjetivo que se estabelece entre os dois grupos de sujeitos que constituem este processo: de um lado, o estudante e, do outro, o profissional.

A pesquisa pretende verificar, do ponto de vista do estudante bolsista, a sua percepção e avaliação sobre: os aspectos intersubjetivos que perpassam o processo de bolsa, a estruturação desta atividade na Universidade e a natureza filantrópica da bolsa de estudos. Do ponto de vista do profissional, pretende adquirir elementos para conhecer a configuração do Programa de bolsa nas Universidades investigadas, assim como a sua percepção sobre os aspectos intersubjetivos desta atividade, entre outros.

A nossa opção investigativa pelo processo de concessão de bolsa de estudos em Universidades por critério socioeconômico está relacionada a várias questões, entre as quais citamos: o conhecimento acumulado que o Serviço Social possui na área de seleção socioeconômica – embora com poucas pesquisas desenvolvidas a respeito -, a pertinência do tema no atual contexto de política educacional para o

² Conforme será abordado no decorrer do trabalho.

ensino superior e as reflexões originadas a partir da experiência profissional que reunimos na qualidade de assistente social, no Cursinho da Poli³.

No Cursinho da Poli a principal atribuição do profissional de Serviço Social era, na época, a seleção socioeconômica dos estudantes para concessão de bolsas de estudos, podendo ser parciais e/ ou integrais.

Fizemos parte do quadro de colaboradores da Instituição no período de 6 anos⁴, o que possibilitou certo acúmulo de conhecimento sobre a questão abordada.

O vínculo empregatício foi encerrado no 2º semestre de 2006, quando começamos a trabalhar na ABEC – Associação Brasileira de Educação e Cultura -, Mantenedora dos Colégios do Instituto dos Irmãos Maristas na cidade de São Paulo, tendo também como uma das suas atribuições a seleção para concessão de bolsas de estudos.

A ORIGEM DAS INQUIETAÇÕES INICIAIS

Com o objetivo de subsidiar a compreensão da temática, optamos por apresentar, mesmo que de forma sucinta, o *locus* das nossas reflexões iniciais sobre o que viria a ser o objeto de estudo dessa dissertação de mestrado: o processo de seleção de bolsistas em Universidades Filantrópicas.

Diante disso, abordaremos aqui o processo de bolsa de estudos no Cursinho da Poli e suas implicações, como o primeiro espaço que possibilitou a nossa vivência prática da atividade de seleção socioeconômica, mesmo não se configurando como o contexto deste estudo.

³ A Instituição será apresentada a seguir.

⁴ Destes, 2 anos na qualidade de estagiária e 4 anos como assistente social.

Optamos ainda por imprimir uma lógica diferenciada nesta apresentação utilizando algumas metáforas para significar o nosso grau de envolvimento, percepção e sistematização, à medida que íamos vivenciando e conhecendo as implicações que os aspectos intersubjetivos traziam para o processo de seleção de bolsistas no Cursinho.

A criança adormecida...

O Cursinho da Poli é um dos departamentos do Instituto do Grêmio Politécnico para o Desenvolvimento da Educação – IGPDE, com a proposta de desenvolver um trabalho educacional e social de preparar estudantes da rede pública de ensino para competir em melhores condições com os provenientes da rede privada de ensino, quando do ingresso na Universidade Pública.⁵

A partir do seu objetivo, e para melhor atender as necessidades dos estudantes, a direção do CP ⁶ criou, no ano de 1998, o Setor de Serviço Social na Instituição, com a finalidade de subsidiar as análises de contexto e desenvolver ações a partir das demandas apresentadas pela população alvo da Instituição.

Mesmo sendo um Cursinho Pré-vestibular Comunitário, com custo diferenciado e, portanto, mais acessível à população socioeconomicamente vulnerável, o CP instituiu um Programa de Bolsa de Estudos por critério socioeconômico, com o objetivo de auxiliar os estudantes que não conseguiam pagar o valor da taxa de manutenção, cobrada pela prestação dos serviços educacionais.

Para fazer parte do processo de bolsa de estudos no CP, o estudante deveria participar de uma entrevista social – na verdade, uma entrega de documentos -,

⁵ Consultar o site oficial do Cursinho da Poli: www.cursinhodapoli.org.br

⁶ Cursinho da Poli.

durante a qual deveria comprovar, por meio de documentação específica, a situação socioeconômica de todas as pessoas que com ele residiam.

Preenchia-se também um requerimento (questionário) socioeconômico e uma ficha de leitura óptica para facilitar a análise dos dados, uma vez que havia muitas solicitações⁷, além de agilizar a divulgação do resultado.

A metodologia⁸ utilizada considerava para a concessão da bolsa vários indicadores sociais e econômicos, não se restringindo ao indicador de renda. Por esse motivo, configurou-se como uma análise *multifacetada*.

Constituíam-se também numa análise *relativa*, por comparar os indicadores socioeconômicos da situação de um estudante em relação à situação do conjunto dos demais estudantes, priorizando os que tivessem maior quantidade de vulnerabilidades acopladas; isto só era possível mediante a utilização de um programa específico de computador, desenvolvido por técnicos do CP, para essa finalidade.

Por considerar os dados socioeconômicos de todos os membros do domicílio, constituía-se numa análise *domiciliar*; e, ao possibilitar a ordenação da situação socioeconômica dos estudantes numa escala de carência e/ ou de vulnerabilidade, esta análise era designada como *ordinal*, ou seja, ordenava a situação socioeconômica dos alunos solicitantes numa escala que ia de 0 a 1.000.

Essa escala de carência indicava, em termos mais diretos que, quanto mais perto de 1.000, mais vulnerável socioeconomicamente era a situação do jovem estudante, e quanto mais próximo de 0, menos vulnerável se constituía a situação do estudante.

⁷ Variava conforme o ano, mas, normalmente, tinha por volta de 1.500 solicitações de bolsa por ano, considerando as três unidades do CP: Unidade da Lapa, Unidade de Itaquera e Unidade de Stº Amaro.

⁸ É importante salientar que a metodologia foi construída com o auxílio de técnicos da SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados-, tendo como referencia a PCV – Pesquisa da Condição de Vida na Região Metropolitana de São Paulo. A Pesquisa (PCV) pode ser acessada pelo site: www.seade.gov.br.

Por fim, configurava-se como uma análise objetiva por se basear, como dito anteriormente, nos dados socioeconômicos do questionário e na documentação comprobatória.

Aqui vale ressaltar que a entrevista social era utilizada como um meio de humanizar o processo – o qual já sentíamos deixar muitas lacunas neste aspecto – por permitir um olhar sobre as questões de ordem subjetiva que não eram bem cuidadas.

No entanto, a análise dos dados objetivos “pesava” mais. Primeiro, em função de ser uma das variáveis metodológicas adotadas para a concessão da bolsa. Segundo, pelo receio de não manter a isonomia que o processo também requer e / ou o de cair no “subjetivismo”, pura e simplesmente.

O despertar da criança - as questões intersubjetivas.

Com média de 21 anos de idade ⁹, os alunos que pleiteavam a bolsa de estudo no Cursinho da Poli constituíam um grupo de jovens e adultos com características socioeconômicas vulneráveis e apresentavam, por vezes, grande *fragilização afetiva*, principalmente por estarem na condição de vestibulandos, o que pressupõe algumas mudanças comportamentais, tais como: **ansiedade, insegurança e incertezas** sobre a inserção futura no mercado de trabalho, entre outros.

O que agravava a situação é que muitos desses jovens estudantes, vivendo num contexto de vulnerabilidade social¹⁰, no plano subjetivo, tinham os sentimentos de incerteza, insegurança e até mesmo de “insignificância”, perpetuados por essa configuração social. Conforme Abramovay (2002)¹¹:

⁹ Esse levantamento foi realizado pelo Setor de Serviço Social no ano de 2005, quando da elaboração do Perfil do Estudante do CP, neste determinado ano.

¹⁰ Será conceituada e analisada no decorrer da pesquisa.

¹¹ Consultar bibliografia.

A combinação desses fatores têm sido responsável por situar os jovens à margem (...) de uma solidariedade por compromissos de cidadania, assim como no fortalecimento da auto-estima e de um sentimento de pertencimento comunitário (...)

Essa forma de configuração social e subjetiva é abordada também por Rodrigues (2000, pág. 24), quando retrata em suas análises as condições de vida e de existência na atualidade:

Vivemos hoje uma exclusão social abrangente e disseminada que não se limita às condições materiais de vida e acesso aos bens e serviços; estende-se às condições de qualificação e competência, valores, solidariedade, afetividade, aceitação, respeito, parceria, valorização de vida, ética, cidadania.

Durante os atendimentos que realizamos para bolsa de estudos esta situação era reiterada quando o assistente social se deparava com declarações, posicionamentos e atitudes, por parte dos estudantes ¹², tais como:

*“Esta [bolsa de estudos] é a **única forma de eu continuar estudando**”.*

*“Vocês [assistentes sociais] **estão me tirando a oportunidade de sonhar com uma vida melhor**. E isso, só irei conseguir **entrando na Universidade**”.*

*“Se não continuar estudando... não terei como **conseguir um bom emprego**”.*

*“**Os critérios utilizados para concessão da bolsa de estudos são injustos**”.*

*“**Existem várias pessoas que não precisam da bolsa de estudos e receberam. Quanto a mim, terei que desistir dos meus estudos**”.¹³*

¹² Essas declarações foram feitas durante os atendimentos que realizávamos, e devidamente registradas no nosso Diário de Campo.

¹³ Algumas frases foram colocadas em negrito porque acreditamos serem centrais para a análise e entendimento no que refere ao conteúdo abordado pela pesquisa.

Estas declarações nos fizeram refletir mais profundamente e especificamente sobre o processo de seleção para concessão de bolsa de estudos e suas interfaces nos diversos espaços que utilizam esse mecanismo, sejam Cursinhos pré-vestibulares, Colégios ou Universidades.

A experiência cotidiana com esses jovens nos permitiu compreender que, para eles, a análise da sua condição de vida social e econômica era extremamente substantiva e imprescindível, uma vez que era por meio desta análise que poderiam se beneficiar com a bolsa de estudos.

No entanto, ficava implícita nestas e em tantas outras declarações, que algo ficava imerso nestas falas, e era a própria história de vida destes estudantes, ou seja, suas relações *sócio-afetivas* que não eram contempladas e consideradas nesta intervenção, por mais que houvesse o desejo de trazê-las para a cena.

Já na fase de adolescência, “elas”¹⁴ se rebelam...

Todas estas colocações despertam-nos questionamentos: como acoplar critérios subjetivos (incluindo aqui, afetos, sentimentos e emoções) a critérios objetivos (renda, condições de moradia etc.) em uma seleção socioeconômica para concessão de bolsa de estudos? Como dar visibilidade ao campo dos afetos (sentimentos e emoções) nas nossas práticas profissionais e sociais, sem cair no “piegas”? Como nos aproximar da história de vida destes sujeitos e não simplesmente enquadrá-los em critérios socioeconômicos? É possível construir uma metodologia de seleção para concessão de bolsa de estudos a partir de critérios que contemplem dimensões e reflexões sócio-afetivas?

¹⁴ Pronome utilizado para designar a insurgência das questões de ordem intersubjetivas no exercício de seleção socioeconômica.

Na fase adulta - vem a consciência de “si”.

Estas questões nos alertam para a necessidade de um novo olhar e uma nova postura no exercício das nossas práticas profissionais. Bem como, para a construção de Programas e Políticas que, destinados a sujeitos sociais, que também são singulares, considerem as várias dimensões da questão e suas interfaces.

É uma atividade que evidencia, portanto, a importância de ter a “sensibilidade” para ouvir e conhecer a história de vida dos sujeitos que atendemos, seu modo singular de pensar, sentir e agir na relação com a família, com a comunidade, enfim, com a sociedade na qual estão inseridos.

A dimensão subjetiva do sujeito e da vida faz parte de nossa compreensão da humanidade. Para Sawaia (2001, pág. 10):

Consciência, atividade, afetividade e identidade são elementos de um mesmo processo, compondo um conjunto dinâmico em transformação. Cada uma destas categorias não pode ser estudada isoladamente. São mediações do processo de subjetividade.¹⁵

Compreendemos melhor hoje com esta experiência e algumas leituras, que a afetividade¹⁶, enquanto constitutiva da subjetividade humana, é inerente não só a pessoa - nas relações amorosas, familiares etc -, mas também, e principalmente, ao profissional – nas relações sociais e interpessoais com os sujeitos das suas práticas profissionais, assim como nas relações com seus colegas de profissão.

¹⁵ Grifos nossos.

¹⁶ A Categoria Afetividade é descrita por Sawaia como “(...) tonalidade, cor emocional que impregna a existência do ser humano e é vivida como: 1) sentimento: reações moderadas de prazer e desprazer que não se referem a objetos específicos; 2) emoção: fenômeno afetivo intenso, breve e centrado em objeto que interrompe o fluxo normal da conduta”.

OUTRAS INQUIETAÇÕES SE SOMAM...

Somado ao desejo anteriormente mencionado, de verificar e analisar a percepção dos sujeitos implicados no processo de seleção de bolsa sobre os aspectos intersubjetivos presentes nesta atividade, está o instigador por conhecer como as Universidades filantrópicas vêm estruturando e pensando a seleção socioeconômica para concessão de bolsa, que é uma das principais atividades e/ ou serviços para comprovação da gratuidade.

Em decorrência do anterior, outro instigador está na possibilidade de refletir sobre os paradigmas de objetividade e subjetividade - e suas interfaces -, que se apresentam neste contexto de seleção para concessão de bolsa de estudos por critério socioeconômico em Universidades privadas.

Um outro motivo está relacionado ao fato de ser um campo em potencial para atuação do profissional de Serviço Social na área de educação, principalmente nas Universidades privadas, além de ser uma atividade historicamente solicitada ao assistente social nas mais diversas áreas de atuação, como nos afirma Yamamoto (1996, pág. 113):

*O assistente social no exercício de suas funções realiza atividades como: **seleção socioeconômica para fins de” elegibilidade “do usuário, de acordo com as normas que regulam os serviços prestados,(...).***¹⁷

Neste sentido a seleção socioeconômica deve ser vista como uma possibilidade de garantia de acesso a direito e não simplesmente como indicador de seletividade, em função da limitação de atendimento dos serviços e / ou programas

¹⁷ Grifos nossos.

disponibilizados nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais em que se insere o assistente social.

Entendemos também que a atividade de seleção socioeconômica para bolsa de estudos no seu contexto macro-explicativo e, portanto, com suas determinações sociais, econômicas, políticas, culturais etc., não se desarticula da dimensão micro-relacional, com seus constituintes de ordem subjetiva, que também lhes são peculiares.

Entender como se processa e/ ou se constrói, no contexto de seleção para concessão de bolsa de estudos em Universidades privadas filantrópicas, a relação entre as dimensões sócio-afetivas e socioeconômicas, entre a dimensão objetiva e subjetiva, entre o uno e o múltiplo, coloca o desafio de investigar o “PROCESSO” como um todo, e não somente uma das etapas que o compõe.

Para tanto, verificaremos o que o processo de seleção para concessão de bolsa de estudos em Universidades filantrópicas traz de implicação para quem dele participa. A partir daí constatar se nossa grande inquietação em trazer o sujeito, nas suas várias dimensões, para essa prática de seleção de bolsa faz sentido no contexto de Universidade e, principalmente, para os sujeitos que compõe esse processo.

OBJETO DE ESTUDO

✓ *PROCESSO DE SELEÇÃO DE ALUNOS BOLSISTAS EM UNIVERSIDADES FILANTRÓPICAS.*

OBJETIVOS DA PESQUISA

- a- Compreender o processo de seleção para bolsa de estudos nas Universidades investigadas.
- b- Refletir e analisar os aspectos intersubjetivos que fazem parte do processo de seleção dos bolsistas - como caminho a humanização da seleção socioeconômica.
- c- Demonstrar a necessidade de ampliar pesquisas neste âmbito e estimular as reflexões sobre essa dimensão na prática profissional;

Após o levantamento inicial e a partir da escolha pela modalidade de bolsa por critério socioeconômico, foi verificado que das 12 Universidades privadas com sede na cidade de São Paulo e identificadas no Cadastro das Instituições de Educação Superior do Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, - **INEP/ MEC** ¹⁸, somente 5 se configuravam como Privada - Filantrópica, quais sejam:

Mackenzie – Universidade Presbiteriana Mackenzie, **PUC/SP** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, **Unib** – Universidade Ibirapuera, **Unicastelo** – Universidade Camilo Castelo Branco e **Unisa** – Universidade de Santo Amaro.

O contato com as Universidades, e principalmente, a obtenção das respostas sobre a possibilidade de participação na pesquisa foi bastante difícil, o que exigiu grande dedicação de tempo para o envio e reenvio de e-mails e certa insistência de telefonemas; somente quando havia se esgotado o período para se iniciar a pesquisa propriamente dita, é que cessamos os contatos.

¹⁸ http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/info_ies_new.asp?pIES=22.

A partir deste posicionamento das instituições, é possível inferir que existe um grande receio das Universidades filantrópicas em trazer à público a estrutura dos seus programas de bolsa de estudos social, bem como, os modos de processá-los.

Por esse motivo, o estudo será realizado com o universo das 2 universidades que se prontificaram a participar da pesquisa: **PUC/SP** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e **Unicastelo** – Universidade Camilo Castelo Branco. As Mantenedoras¹⁹ dessas Universidades são, respectivamente: Fundação São Paulo – **FSP** e Associação Itaquerense de Ensino.

Mantida pela Fundação São Paulo a PUC/SP, enquanto Universidade, foi criada em 1946 e possui como presidente o Arcebispo Metropolitano de São Paulo que é também Grão-Chanceler da Universidade.

A PUC/SP é dirigida por uma Reitoria composta pelo Reitor, pelo chefe de gabinete e três Vice – Reitorias: Administrativa, Acadêmica e Comunitária. A Reitoria conta com o apoio de 4 Conselhos Superiores, são eles: o Conselho Universitário – CONSUN –, órgão máximo de deliberação da Universidade; o Conselho de Ensino e Pesquisa – CEPE –, responsável pelas diretrizes gerais de natureza acadêmica; o Conselho de Administração e Finanças – CAF –, responsável pela definição e fiscalização das políticas administrativas e financeiras da Universidade; e o Conselho Comunitário – CECOM –, responsável pela definição das normas de convivência interna.

O Programa de bolsa de estudos da Universidade é responsabilidade da VRACOM (Vice – Reitoria Comunitária) que possui uma Assessora e Departamento (Expediente Comunitário) específicos para coordenação e operacionalização dessa atividade na PUC/SP.

¹⁹ Mantenedora é nomenclatura atribuída ao grupo societário que provê de recurso à instituição educacional. É formada por um grupo de pessoas (sócios) que dão sustentações administrativas, econômicas, fiscais e gerenciais ao empreendimento mediante Estatuto. É a que pode obter o Credenciamento de instalação como IES junto ao CNE (fonte: www.semesp.org.br)

O CECOM é composto por 6 docentes que são os Vice – diretores comunitários; 6 discentes de cada um dos 5 Centros²⁰, os quais aglomeram os 32 cursos da PUC/SP, e 6 representantes do Núcleo Administrativo da Universidade. Dentre as comissões nas quais esse órgão está organizado encontra-se a comissão de bolsa da Universidade que não detém a atribuição de decidir sobre a concessão do percentual de bolsa, ficando a cargo da Assessora da VRACOM, conforme será visto no decorrer do trabalho.

O Expediente Comunitário – EXPCOM – é o setor responsável pela operacionalização da atividade de bolsa na Universidade. Composto por 10 funcionários, possui como atribuições: receber, instruir e encaminhar todos os processos de bolsa de estudos na PUC/SP, incluindo a bolsa doação (filantrópica).

A Unicastelo, Instituição de Ensino Superior fundada em 1968, é mantida pela Associação Itaquerense de Ensino e dirigida por uma Reitoria composta pelo Reitor e dois Pró-Reitores, sendo um acadêmico e o outro de pós-graduação, extensão e pesquisa, e por dois Conselhos Superiores, dos quais o Reitor é presidente. Os Conselhos Superiores são: o Conselho Universitário – CONSUN – e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

O CONSUN da Unicastelo é composto na maioria por docentes do quadro permanente da instituição e tem, entre outras atribuições: definir a política e as diretrizes gerais da universidade e aprovar alterações e emendas no Estatuto e no Regimento Geral, obedecendo aos princípios e às normas estabelecidas neste e na legislação em vigor.

O CONSEPE também é composto na sua maioria por docentes do quadro permanente da instituição e possui, entre outras funções: estabelecer e fixar as diretrizes do ensino conforme as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Poder

²⁰ Centro de Ciências Humanas, Centro de Ciências Jurídicas, Ciências Econômicas e Administrativas, Ciências de Educação, Centro de Exatas e Tecnológica e Centro de Ciências Médicas e Biológicas.

Público; estabelecer e fixar as políticas do ensino de graduação e pós-graduação, da pesquisa e da extensão, na forma da lei ²¹.

A concessão de bolsa de estudo social e/ ou por carência financeira pelas Universidades investigadas se deve ao fato de que, por se configurarem como privadas filantrópicas, são obrigadas a ofertar 20% de sua receita em gratuidade. .

Isto porque a lei 8.742 de 1993, que regulamenta o setor de filantropia, impõe que todas as entidades certificadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social devem aplicar, com comprovação, 20% do seu faturamento anual bruto em Programas de assistência social. A concessão de bolsa de estudos social seria então, contabilizada como gratuidade.

Esta obrigação legal, por parte das Universidades Filantrópicas, bem como o perfil dos atendidos, reforçou o nosso interesse por investigá-las, pois as Universidades privadas, de um modo geral, não são obrigadas a conceder bolsa de estudos, ficando a critério de cada uma, individualmente, disponibilizar ou não esse auxílio aos seus alunos.

No entanto, e atentas aos altos índices de inadimplência e evasão, muitas Universidades privadas passaram a oferecer bolsa de estudos a partir de vários critérios, sendo um deles o de carência financeira (ou socioeconômico) e o de mérito acadêmico.

Essas bolsas de estudos concedidas são, na verdade, o que se configura como descontos comerciais. Isso porque, por sua própria natureza, são percentuais concedidos como um mecanismo de marketing e / ou comercial, e disponibilizados a partir de convênio com empresas e sindicatos, por mérito acadêmico etc.

²¹ Todas as informações foram retiradas dos sites oficiais das Universidades.

A constatação desse fato pode ser verificada nos sites das Universidades que possuem, na sua maioria, um link específico sobre informações de bolsa de estudos.

Isso é utilizado como uma estratégia de marketing institucional e um diferencial no mercado de serviços educacionais pois, com certeza, o preço da mensalidade constitui um dos principais indicadores analisados pelos futuros estudantes quando decidem procurar uma faculdade.

É importante ressaltar que, mesmo não sendo filantrópica, há muitas Universidades privadas concedendo bolsa de estudos a partir do critério de carência financeira, principalmente depois a instituição do ProUni – Programa Universidade para Todos²²

Em uma busca na internet, mais especificamente no site da Universia Brasil, sobre bolsa de estudos por carência financeira, encontramos uma reportagem que reafirma esse contexto atual nas Universidades privadas, quando traz que ²³:

*Algumas Instituições de Ensino Superior privadas já oferecem o benefício [bolsa de estudos] para seus alunos. No entanto, cada uma delas mantém suas próprias regras. Para participar, em geral, os interessados precisam apresentar uma série de documentos para comprovar renda familiar. Além disso, os **candidatos são submetidos a entrevistas com assistentes sociais** e, em alguns casos, **visitas em domicílio para a confirmação dos dados apresentados**. E é a avaliação socioeconômica que vai determinar o desconto e a porcentagem de bolsa.*²⁴

²² Será apresentado no próximo capítulo, conforme se faz necessário para o entendimento do objeto de estudo.

²³ Citação retirada da página de internet: www.universiabrasil.net/materia/materia.jsp?materia=13423. Não consta autoria específica. Consta data de publicação 14/07/2007, sob o título “Bolsa Carência”.

²⁴ Grifos nossos.

Mesmo não sendo tema específico deste estudo, cabe observar a concepção que as duas Universidades possuem sobre a entrevista social e a visita domiciliar, no sentido de serem concebidos como uma forma de “controle” institucional para inibir possíveis situações de inveracidades de informações por parte dos alunos; e a do assistente social, como alguém capacitado para averiguar se o aluno está “mentindo” sobre a situação social e financeira apresentada.

Essa é na verdade uma das grandes inquietações de quem trabalha diretamente com seleção socioeconômica: como garantir, mesmo minimamente, que seja contemplado por um determinado serviço somente aquele que realmente precisa, ou seja, que está no perfil estabelecido para aquele tipo de atendimento. E fazer isso sem cair na neurose do controle extremado.

Verificou-se ainda que a concessão de bolsa de estudos, no caso das Universidades Filantrópicas, está sendo substituída, paulatinamente a partir de 2005, pela bolsa ProUni, a qual contempla a exigência de gratuidade dessas Universidades. Este fato é evidenciado pela coordenação do EXPCOM - PUC/SP, quando afirma: *“(...) Gradativamente as bolsas da FUNDASP passarão a ser exclusivamente dos ingressos pelo PROUNI”*.

Esse Programa vem tendo também a adesão das Universidades privadas, com ou sem fins lucrativos, que devido à isenção de alguns tributos, devem conceder 8,5% das receitas em bolsas de estudos a alunos carentes.

Essa adesão se deve ainda a grande demanda pelos serviços educacionais no nível de ensino superior, que é extremamente significativa, pois conforme será apresentado melhor no próximo capítulo, e a partir dos dados do último Censo da Educação Superior de 2005, somente 10,9% dos jovens de 18 a 24 anos de idade estavam regularmente matriculados em um curso de graduação.

Vale salientar que as duas Universidades investigadas aderiram ao ProUni, e conforme também será apresentado a seguir, valorizam a metodologia que acopla 2 critérios de seleção para concessão e permanência da bolsa de estudos: o socioeconômico e o de mérito acadêmico (ou desempenho escolar).

Seriam então o critério socioeconômico e o de desempenho acadêmico os únicos indicadores a serem analisados num processo de seleção para concessão de bolsa de estudos em Universidades filantrópicas?

Sawaia (2000, pág. 09) afirma que não, uma vez que considera exclusão como:

*processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. (...). Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros*²⁵.

Sendo assim, quais seriam as outras variáveis que se apresentam, nessa dialética da exclusão/ inclusão²⁶, para os sujeitos que estão implicados nesta ação e que poderiam ser levados em consideração nesse processo? Não como um indicador para concessão, mas enquanto uma dimensão que possibilitaria tornar a atividade de seleção mais humana?

Mas, o que indica que o processo de concessão de bolsa na **PUC/SP** e na **Unicastelo**, como está sendo pensando e organizado hoje, não é humanizado?

²⁵ Grifos nossos.

²⁶ Digo dialética da inclusão/ exclusão no sentido dos alunos poderem ser ou não incluídos no Programa de Bolsa a partir da seleção socioeconômica e terem a bolsa mantida com base no desempenho escolar.

Declarações como esta de um dos sujeitos da pesquisa ²⁷, podem ser um indicativo (estudante bolsista da PUC/SP):

*...gostaria de explicitar a minha satisfação em saber que alguém está estudando essa questão, uma vez que **foi muito complicada para mim a relação com a aquisição da bolsa de estudos, principalmente, dentre outros fatores, pela forma como as pessoas responsáveis por isso na Universidade tratam os alunos que precisam dela.** Tenho inclusive uma amiga que desistiu da bolsa porque não **suportou a humilhação que precisou passar** para resolver o processo. Ela preferiu fazer um empréstimo ao invés de precisar retornar ao setor responsável.*

E adiante conclui: “**A bolsa me deu a possibilidade de continuar meus estudos e sou muito grata pela oportunidade**”. ²⁸

Parece-nos que a dimensão subjetiva que envolve a concessão de bolsa de estudos merece maior atenção dos Setores e profissionais que exercem esta função.

Entendemos como humanizada uma atividade de seleção cujo processo se mostre: transparente, democrático, respeitoso, efetivo, afetivo e ético. Principalmente se tratando de Instituições que prezam pela formação humana, e têm nela sua missão Institucional.

O olhar para as questões subjetivas seriam mesmo um indicador analítico importante para humanizar o processo de bolsa de estudos? Como escapar do subjetivismo e individualismo? Como garantir a isonomia do processo?

²⁷ Embora o questionário enviado para os alunos bolsistas fosse auto-informe, conforme será verificado na apresentação dos procedimentos metodológicos, alguns alunos ao responderem o e-mail, com questionário anexo, faziam alguns comentários sobre a pesquisa. Essa fala é de um dos sujeitos, durante estes comentários que acreditamos serem sempre ricos, por isso, incluso. Na sua maioria os comentários eram de incentivo e parabéns pela pertinência de uma pesquisa desta natureza.

²⁸ Grifos nossos.

Por todos esses questionamentos e falas de sujeitos pensamos que nosso problema de pesquisa é pertinente e somente poderá ser analisado a partir da verificação do que o processo de seleção para concessão de bolsa de estudos nas duas Universidades traz de implicação.

Organizamos assim, o presente estudo:

No Capítulo 1, *Programa de Bolsa de Estudos Social nas duas Universidades: uma configuração a partir dos profissionais coordenadores*, procuramos apresentar o Programa de bolsa da PUC/SP e da Unicastelo a partir do entendimento dos responsáveis imediatos por esses serviço nas duas Universidades.

No Capítulo 2, *A pesquisa: o caminho metodológico percorrido*, apresentamos todo o percurso traçado para a construção da pesquisa, incluindo pré-teste.

No Capítulo 3, *Interpretação e Análise dos Dados: a visão dos alunos bolsistas*, apresentamos os resultados obtidos com a aplicação de um instrumento de auto-informe para os alunos bolsistas da PUC/SP e da Unicastelo.

Nas *Considerações Finais*, avaliamos as evidências reveladas por este estudo e como as questões apresentadas demonstram a necessidade e importância de desenvolvermos competências que possibilitem construir ações que atendam mais efetivamente os sujeitos que compõem o processo de seleção para bolsa de estudos nas Universidades.

CAPÍTULO 1

*Programa de Bolsas de Estudos Social nas duas
Universidades: uma configuração a partir dos
profissionais coordenadores*

Neste capítulo apresentamos os Programas de bolsa de estudos social nas Universidades investigadas, entendendo que estes programas se constituem em ações que, norteadas pelas Políticas Governamentais de Educação (ProUni) e Assistência Social (Filantropia), possam se configurar como um dispositivo ou alternativa à desigualdade social.

Deste modo, e para contextualizar o nosso objeto de estudo, partimos do pressuposto de que a exclusão social dos jovens vulneráveis socioeconomicamente da Educação Superior se constitui na questão social foco do nosso trabalho, sendo que umas das formas de enfrentamento adotadas pelo Governo é a efetivação de Programa de Bolsa de Estudos em Universidade Privada.

Vemos, portanto, a utilização do instrumental de seleção socioeconômica com muita seriedade e, por isso, merece ser analisado e pensado nas várias dimensões que envolvem a utilização do critério socioeconômico em programas sociais, sejam eles públicos ou privados, no caso das concessões de bolsa de estudos.

1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

Na atualidade, as novas formas de inserção social estão intimamente ligadas às significativas alterações no modo de produção nas relações de trabalho, somadas ao modelo de gestão econômico e político adotado pelos últimos governos, vêm ocasionando o declínio do padrão de vida das pessoas e, conseqüentemente, a negação do acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade de mercado. Conforme Yazbek (2006, pág. 61):

Os impactos destrutivos do sistema vão deixando marcas exteriores sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, a debilidade da saúde, o desconforto, a moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a ignorância, a fadiga, a resignação, são alguns sinais que anunciam os limites da condição de vidas dos excluídos e subalternizados da sociedade.

Com isso, as pessoas se tornam mais vulneráveis às contingências sociais por não terem uma estrutura social, econômica e financeira que lhe dêem sustentação.

ABRAMOVAY (2000, pág. 13), reforça esse entendimento quando afirma como sendo uma situação de vulnerabilidade social:

***O resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos²⁹ dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades** sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.³⁰*

Compreendemos também que o conceito de Vulnerabilidade Social utilizado pela Fundação Seade³¹, por ocasião da construção do IPVS – *Índice Paulista de Vulnerabilidade Social*, contribui bastante para a análise acerca dessa questão social, ao apresentá-la como:

*... uma noção **multidimensional**, na medida em que afeta indivíduos, grupos e comunidades em planos distintos de seu bem-estar, de **diferentes formas e intensidade** (...). Logo, a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à **maior ou menor***

²⁹ Figueira (2001; 8) apresenta como exemplos de recursos simbólicos o capital financeiro, o capital humano, a experiência de trabalho, o nível educacional, a composição e os recursos familiares, o capital social, a participação em redes e o capital físico.

³⁰ Grifos nossos.

³¹ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

*capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade (Katzman, 1999). Assim, a vulnerabilidade (...) não se limita em considerar a privação de renda, central nas medições baseadas em linhas de pobreza, mas também a **composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, (...), a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, (...) etc..***³²

Assim, essas mudanças irromperam na redução das oportunidades de trabalho e de vida da população de um modo geral, especificamente dos jovens, que vêem suas expectativas frustradas pela falta de um conjunto de políticas sociais públicas que, comprometidas com as suas reais necessidades e condições, poderiam assegurar uma vida digna, em termos sociais e econômicos.

Yazbek (2001, pág. 34) em suas reflexões sobre a exclusão social a coloca como uma das formas de inserção social, ao afirmar que:

*(...) a abordagem conceitual da **exclusão** configura-a como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão de uma modalidade de **inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída. É uma exclusão integrativa***³³

³² Grifos nossos.

³³ Grifos nossos.

Santos (1993, pág. 112-115), complementa a reflexão sobre essa inserção perversa na sociedade quando apresenta as implicações das formas de inserção sócio-espacial sobre o modo de vida da população:

Na grande cidade, há cidadãos de diversas ordens ou classes, desde o que, farto de recursos, pode utilizar a metrópole toda até o que, por falta de meios, somente a utiliza parcialmente, como se fosse uma pequena cidade, uma cidade local (...) Para muitos, a rede urbana existente e a rede de serviços correspondente são apenas reais para os outros. Por isso são cidadãos diminuídos, incompletos (...) Morar na periferia é se condenar duas vezes á pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar.³⁴

As mudanças societárias trazem ainda implicações e novas configurações que se expressam não somente nas dimensões sócio-culturais e econômicas, mas também, e principalmente, na dimensão afetiva da vida social, como nos apresenta Sawaia (2002, pág. 09).

A dialética inclusão/ exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência.³⁵

³⁴ Grifos nossos.

³⁵ Grifos nossos.

Todas as análises e reflexões dos autores acima citados, no que se refere aos impactos que a exclusão e vulnerabilidade social, bem como a pobreza, têm sobre as condições de vida da população, e suas implicações sobre as formas em que essas subjetividades são gestadas, nos apresentam de um modo geral o perfil ³⁶ daqueles que solicitam a bolsa de estudos nas Universidades, e a partir daí que devemos (re) pensar a (re) construção dessa atividade.

Embora não seja o perfil dos bolsistas das Universidades hoje, algumas pesquisas evidenciam, como por exemplo, do SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo -, que a classe média vem sofrendo com as intempéries da economia e apresentando dificuldade para se manter no curso³⁷.

Isso tem aumentado o índice de evasão que, segundo essa pesquisa, em 2005, foi de 18.1%. O presidente da Entidade reforça essa constatação quando diz que:

A maior prejudicada é a classe C. Ela não tem acesso aos programas de bolsa e financiamento do governo. Se aparece qualquer dificuldade, ela não tem como pagar a mensalidade. (...) Já a classe D tem o ProUni.

Isso reforça a complexidade e a necessidade de termos clareza sobre a configuração social da sociedade na atualidade, sobre o perfil que desejamos atender, sobre os indicadores que escolhemos para essa definição, o objetivo de cada um etc.

³⁶ Isso com base nas declarações dos coordenadores do setor de bolsa e conforme será apresentado a seguir.

³⁷ Pesquisa apresentada em reportagem da Folha de São Paulo no dia 22 de abril de 2007. Caderno Cotidiano (C11).

1.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAL POLÍTICA GOVERNAMENTAL PARA O ENSINO SUPERIOR

A partir de meados da década de 90³⁸, com o aumento significativo do número de matriculados no ensino médio, tornou-se mais evidente a necessidade de oferta de vagas em nível de ensino superior para os jovens egressos do ensino médio.

Dados do Inep/MEC demonstram mais claramente a discrepância existente entre o número de concluintes do ensino médio e o dos que ingressam na Universidade. Isto porque, dos 2.239.544 alunos que concluíram o ensino médio em 2002, apenas 1.034.404 ingressaram na Universidade.

A necessidade de aumento de vagas na Educação Superior foi evidenciada também em função da exigência crescente do mercado de trabalho por uma mão de obra mais qualificada e voltada para a aquisição constante de novas habilidades e competências, tanto técnicas como relacionais.

Com um olhar voltado para essa demanda e contexto -social, econômico, e cultural -, o Plano Nacional de Educação apresenta como um dos seus objetivos e metas *“prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos”*.

No entanto, conforme abordado anteriormente e com base no Censo da Educação Superior de 2005 - metade do período de vigoração do PNE³⁹-, estamos com grande dificuldade na efetivação desta meta, uma vez que, no referido ano, somente 10,4% dos jovens de 18 a 24 anos encontravam-se regularmente matriculados em instituições de ensino superior.

³⁸ Plano Nacional de Educação - PNE (vigora de 2000 a 2010).

³⁹ Plano Nacional de Educação- PNE.

Mesmo com o investimento do Governo Federal, no que se refere ao ensino superior público foi verificado, com base no Censo de Educação Superior, em 2000, que se precisa muita ação e vontade política para diminuir a defasagem existente entre o número de instituições de ensino superior pública e privada no país.

Isto porque, neste referido ano, havia 1.180 instituições de ensino superior, sendo que de cada dez instituições, oito eram privada e duas públicas. Em 2002, de acordo com o censo do INEP/MEC, das 1.637 instituições de ensino superior que foram contabilizadas no país, 1.442 eram privadas e 195 públicas.

Ou seja, o universo de instituições privadas no país é imensamente superior ao de instituições públicas. Assim sendo, o ensino superior privado oferece a maior parte das vagas na Educação Superior.

Diante deste quadro, que se revela preocupante para um país efetivamente jovem e subdesenvolvido, o Governo Federal inclui, entre outras ações na reforma da educação superior em curso, o aumento da oferta de Universidades públicas em regiões carentes destas instituições, bem como a criação de vagas em instituições não estatais e particulares, objetivando agilizar, porém de maneira provisória⁴⁰, a oferta de vagas na Educação Superior. Aqui se insere o ProUni – Programa Universidade para Todos-, orientado pelas diretrizes da Política de Ação Afirmativa do Governo Federal (sobre o tema ver site do MEC).

1.2.1 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

O PNE apresenta-se também como uma das metas para a Educação Superior, “***criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua***

⁴⁰ Conforme abordado no site do MEC, no que se refere às políticas e programas de ações afirmativas, o ProUni é uma das medidas especiais e temporárias utilizadas para garantir o acesso da população carente ao ensino superior.

*formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino”.*⁴¹

A partir desta visão social e reconhecendo a importância estratégica do investimento na educação superior para o país, o PNE busca conciliar o esforço e a necessidade de aquisição de conhecimentos tecnológicos a um padrão de justiça social, quando afirma que:

*As IES – Instituições de Ensino Superior - têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, **para colocar o país à altura das exigências e desafios do séc. XXI**, encontrando a solução para os problemas atuais, em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, **reduzindo as desigualdades.***⁴²

O site oficial do MEC – Ministério da Educação e Cultura, no link destinado a Políticas e Programas de Ações afirmativas, explica que estas ações se configuram como:

*“**Medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado**, com o objetivo de eliminar desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras - historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como **compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização**”.*⁴³

⁴¹ Grifos nossos.

⁴² Grifos nossos.

⁴³ Grifos nossos.

O **ProUni** – Programa Universidade para Todos-, surge neste contexto como uma das ações afirmativas desenvolvidas pelo Governo Federal, para atender a sua proposta de conciliar desenvolvimento tecnológico com justiça social (inclusão social), além de alcançar as metas de ampliação deste nível de ensino defendidas no PNE.

Visto que a população que carece de Educação Superior no Brasil hoje é formada de jovens socioeconomicamente vulneráveis, esse Programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

Conforme dados do MEC, no seu primeiro processo seletivo ocorrido no ano de 2005, O **ProUni** ofereceu 112 mil bolsas para mais de 500 mil inscritos, em 1.142 instituições de ensino superior de todo o país. Nos próximos quatro anos, a previsão é de que o Programa atenda mais ou menos 400 mil jovens com novas bolsas de estudos.

Esses dados permitem visualizar o universo de estudantes que, num futuro próximo, e provenientes de um contexto que os tornam suscetíveis a situações de vulnerabilidade social, financeira e afetiva, poderão ingressar na Educação Superior por meio do processo seletivo para bolsa de estudos.

Assim, vale retomar a importância de estarmos atentos à teia complexa de relações e inter-relações que se configuram a partir da dialética da exclusão/ inclusão vivenciada por estes jovens de perfil atendido pelo **ProUni**, mas que, no momento, ainda são usuários do Programas de Bolsa de Estudos Social em Universidades filantrópicas, objeto deste estudo.

1.3 AS UNIVERSIDADES FILANTRÓPICAS E O PROUNI

Segundo Projeto de Lei do **ProUni**, um dos motivos para instituição do Programa estava relacionado à necessidade de recuperar a falta de transparência do cálculo de gratuidade a ser aplicado, conforme lei 8.742 de 1993, em assistência social pelas Instituições de Ensino Superior que se configuravam como Entidades Beneficentes de Assistência Social ou filantrópicas.

A Medida Provisória nº 213/2004, que institui o **ProUni**, apresenta no seu Art. 10.:

*A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de assistência social se oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de ensino superior, com renda familiar per capita que não exceda o valor da mensalidade do curso pretendido, limitada a três salários mínimos, para cada nove estudantes pagantes de cursos de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.*⁴⁴

Ainda no 1º parágrafo, apresenta que essas instituições devem aplicar, conforme a lei 8.742 de 1993, e com comprovação, pelo menos 20% da sua receita bruta anual proveniente dos serviços prestados, entre outras fontes de receita, em gratuidade.

⁴⁴ Grifos nossos.

Por fim, e para contextualizar a mudança por parte das Universidades no que se refere à utilização da metodologia de bolsa do **ProUni**, o Art. 11. da MP 213 diz que:

*As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão junto ao Ministério da Educação, adotar as regras do ProUni para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de cinquenta por cento, em especial as regras previstas no art. 3º e no inciso II e parágrafos 1º e 2º do art. 7º, (...)*⁴⁵

Deste modo, torna-se mais conveniente para as Universidades justificarem a inclusão ou não de estudantes no Programa de bolsa, uma vez que os critérios e procedimentos já estão difundidos e legitimados.

Faz-se necessário observar que não nos ateremos à análise da bolsa ProUni, mesmo se tratando de uma modalidade de bolsa de caráter filantrópico, conforme apresentado até aqui. Isto porque a nossa proposta é investigar o processo de bolsa como um todo, desde a etapa da elaboração de um questionário até o atendimento ao aluno. Portanto, não faz sentido considerar as bolsas ProUni que, por exemplo, já vêm com metodologia definida.

1.4 O PROGRAMA DE BOLSA DE ESTUDOS SOCIAL NA PUC/SP E NA UNICASTELO

Os dados que serão apresentados aqui são provenientes das entrevistas concedidas pelos coordenadores dos Programas de bolsa nas duas Universidades investigadas, bem como do estudo que realizamos sobre o material disponibilizado pelas Universidades.

⁴⁵ Grifos nossos

Conforme já mencionado, as Universidades pesquisadas são: **PUC/SP** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e **Unicastelo** – Universidade Camilo Castelo Branco.

Das 2 Universidades, a única que se caracteriza, quanto à forma administrativa, como privada de caráter filantrópico e confessional⁴⁶ é a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A Unicastelo é privada de caráter filantrópico.

É importante ressaltar aqui que a Unicastelo está passando por um processo de reestruturação organizacional que começou com a admissão de novos associados e instituição de nova Diretoria, a partir de 2006 – mesmo que esse processo tenha se iniciado em meados de 2005, conforme apresentado também no seu site ⁴⁷.

Dentre os vários serviços estão sendo reformulados está o de concessão de bolsa de estudos de caráter filantrópico.

Essa reestruturação está sendo gestada com o auxílio da Notória Consultores Associados⁴⁸e, por este motivo, dois de seus consultores participaram da entrevista juntamente com a coordenadora da atividade na Universidade.

A partir disso, desenharam um pouco da proposta que a Unicastelo possui para a instituição de um Programa de bolsa de estudos de caráter filantrópico, com provável início a partir do ano de 2008.

Um dos consultores que participou da entrevista teceu o seguinte comentário sobre a reestruturação (ou estruturação) do programa da Unicastelo:

⁴⁶ Dirigida por uma Congregação Religiosa.

⁴⁷ A reestruturação tornou-se necessária até por conta da perda do Certificado de Filantropia. Estão revisando as atividades e serviços com o intuito de retomarem essa condição. Mesmo nesta situação, pesquisamos a Unicastelo porque no Cadastro do Inep ela ainda consta como filantrópica e, depois de estabelecido o contato com a Universidade, verificamos que possuía bolsistas selecionados por critério socioeconômico, atendendo assim a proposta do estudo.

⁴⁸ Para maiores informações consultar site da Notória (www.notoria.com.br) ou da Unicastelo (www.unicastelo.br).

...o que vejo é que temos hoje um programa de bolsas. Não é um programa de caráter filantrópico, pois não tem um impacto social ainda (...). É justamente esse o principal norteador do novo programa [atender a cota de filantropia] (...) Esse programa entrando nós podemos falar que existe um programa de filantropia na Universidade. Que é o que o pessoal estava sentido falta. Que é o que temos que ofertar, inclusive é uma das missões da Instituição....

Essa observação se fez necessária, pois o Programa de bolsa da Unicastelo será apresentado com base no que existe hoje e no projeto que está sendo paulatinamente implementado.

Nisso as duas Universidades diferem, uma vez que a PUC/SP já possui um Programa de bolsa de estudos estruturado, até por conta de ser um dos projetos da VRACOM – Vice – Reitoria Comunitária, enquanto um dos projetos de inclusão social para manutenção da filantropia.

Para apresentar o Programa de concessão de bolsa de estudos das duas Universidades, optamos por utilizar alguns tópicos que podem facilitar a compreensão do processo de bolsas. A formulação destes tópicos obedeceu à lógica que empregamos na estruturação das entrevistas com os coordenadores imediatos do Programa de bolsa (ver anexo).

1.4.1 ONDE PROCURAR AS INFORMAÇÕES SOBRE BOLSA NAS UNIVERSIDADES

A PUC/SP possui um local específico de atendimento para bolsa de estudos. O departamento recebe o nome de Expediente Comunitário – EXPCOM- e, conforme diz a coordenadora: “*dentro do Expediente é que a gente acolhe todos os que querem qualquer uma das modalidades de bolsa*”.

Diferentemente da PUC/ SP, a Unicastelo ainda não possui um departamento específico para bolsa. Por esse motivo, recebe os pedidos que surgem no Setor de Tesouraria (ou no Financeiro) da Universidade.

Pois, como discorre um dos consultores da Unicastelo:

(...) não dá para fechar os olhos às necessidades dos alunos só porque não temos um programa de bolsa estruturado, (...). Porque o aluno tem que se visto como pessoa. Ele não está aqui só porque não tinha o que fazer. Ele está em busca de algo melhor. Então, é complicado você acabar com esse planejamento, esse sonho do aluno só porque você não tem um programa.

Para pedir a bolsa de estudo, o estudante necessita conhecer bem os espaços da Universidade, pois o acesso ao Departamento de bolsa não é algo que fica, de um modo geral, tão visível.

1.4.2 PROCEDIMENTOS PARA BOLSA: COMO SOLICITAR?

O primeiro procedimento para solicitação da bolsa de estudos na PUC/SP é a verificação do Edital de bolsa pois, conforme evidencia sua coordenadora: “*Desde o primeiro semestre de 2005 adotamos o procedimento de Editais Públicos. Os editais são divulgados na internet, nos jornais de comunicação da PUC/SP e no EXPCOM.*”

E conclui: “*O Edital contempla todos os critérios, prazos e procedimentos necessários.*”

Após verificação do Edital da PUC/SP constatamos que ele traz informações básicas e iniciais para a solicitação deste recurso na Universidade, que são: indicação sobre onde encontrar a ficha de inscrição, pré-requisitos para inscrição, critérios de seleção, critérios de desempate, prazos para entrega da documentação e resultado etc.

A partir da leitura do Edital o aluno é orientado a preencher a ficha de inscrição e/ ou cadastro de solicitação, via internet, e aguardar o resultado de uma classificação prévia⁴⁹, para que possa apresentar toda a documentação comprobatória da situação socioeconômica declarada.

A coordenadora retoma essa seqüência de procedimentos quando borda que: *“O formulário é disponibilizado pela internet e os alunos preenchem com todos os dados pessoais: identificação, grupo familiar, salário dos membros do grupo, grau de instrução, meios de transporte”*.

No caso da Unicastelo, por não existir um Programa de bolsa definido, não há divulgação nem via internet nem em outro espaço público dentro da Universidade. Assim sendo, não existe até o momento nenhum procedimento divulgado ou a adotar no caso de o aluno passar por dificuldade financeira enquanto estiver estudando.

Embora, e como de costume para as pessoas que sentem dificuldade de realizar o pagamento em dia, os alunos costumam dirigir-se ao Setor de Tesouraria. Chegando lá, e dependendo da situação apresentada, ele recebe um formulário de bolsa para preencher e, posteriormente, entregar a documentação.

A coordenadora por esse processo na Unicastelo pontua essa questão, quando ressalta que:

Os alunos procuram a Tesouraria. É o referencial, já que não existe [um programa] (...) Por enquanto está sendo tudo centralizado na Tesouraria. Então, eles precisando, procuram a gente mesmo. Agora inaugurou a Central de Atendimento. As solicitações vão ser feitas ali. Mas, para o 2º semestre de 2007 vamos continuar do mesmo jeito.

⁴⁹ Essa classificação eletrônica e estatística será melhor abordada no tópico que fala sobre a metodologia.

Complementa ainda que:

Não existe hoje, um setor, um programa de bolsa. Está sendo criado. Mas, diante da necessidade dos alunos, nós deixamos eles pedirem e fizemos uma pequena avaliação, com o preenchimento de um questionário, anexamos alguns documentos para poder caracterizar a necessidade dentro daquilo que a gente poderia enxergar. Então, não foi uma coisa profunda. Não teve entrevista social, mas eles tinham que comprovar mesmo, através dos documentos.

São considerados também pré-requisitos necessários, ainda no campo dos procedimentos: estar devidamente matriculado na Instituição há pelo menos um semestre, ter um aproveitamento acadêmico exemplar e, ainda, estar com o pagamento das mensalidades em dia, uma vez que o histórico financeiro do aluno é verificado.

Deste modo, no caso de aluno novo com dificuldades financeiras, somente com bolsa ProUni, até porque, a Universidade não possui o histórico de desempenho acadêmico do aluno, embora em alguns casos possa utilizar a nota de vestibular com essa função.

No caso da PUC/SP, por exemplo, e conforme descrito pela coordenadora “é feita uma classificação prévia, baseada na média aritmética do último semestre do curso”.

1.4.3 O CRITÉRIO PARA BOLSA

Tanto a PUC/SP quanto a Unicastelo utilizam como critério para concessão das bolsas o critério financeiro, pois é baseado somente no indicador social e econômico: a baixa renda per capita.

Deste modo, mesmo que nos seus questionários constem vários dados sobre outros indicadores sociais como por exemplo, escolarização, incidência de problemas de saúde na família, situação de moradia e gastos com transporte público, entre outros, esses dados não possuem “peso” na análise.

A coordenadora da Unicastelo afirma que: *“ A renda foi o ponto de avaliação. (...) E nós fizemos como é feito no ProUni o número de pessoas que dependem daquela renda”*.

Na PUC/SP, além de ser deixado evidenciado no Edital quando pede que seja comprovada renda per capita de até 1 salário mínimo e meio, a coordenadora do EXPCOM reforçou:

O critério é um critério de baixa renda mesmo. Então, para conseguir uma bolsa integral hoje, na PUC, tem que ter uma renda per capita de um salário mínimo e meio. E para bolsa parcial de até 3 salários mínimos. A partir daí só se for uma situação contingencial.

1.4.4 PROCESSO DE RENOVAÇÃO

Tanto a PUC/SP, de forma mais incisiva, e a Unicastelo, enquanto proposta do novo programa, valoriza o indicador de desempenho acadêmico satisfatório como critério de permanência da bolsa de estudos.

Assim, o critério não é somente socioeconômico, ou melhor, financeiro, mas acopla-se ao critério de mérito acadêmico para renovação do pedido de bolsa de estudos.

A coordenadora do EXPCOM da PUC/SP expõe essa necessidade quando aborda que:

As bolsas são renováveis sempre. Sem interrupção, por um período, se: as condições financeiras permanecerem as mesmas (...) e não tiver tido mais de 25% de reprovação naquele semestre ou ano. Então, isso é indispensável para que a bolsa continue.

No caso da Unicastelo, embora não exista essa exigência hoje, um dos consultores ressaltou que esse também será um dos critérios de renovação para o novo programa, quando diz que:

... dentro desse novo programa existe o que a gente chama hoje de incentivo educacional. Por que incentivo educacional? Porque a gente não quer dar bolsa por dar. A gente também não quer fazer um acompanhamento em termos gerais do desempenho do aluno. Ou seja, essa bolsa está valendo a pena? Se a gente tem que dar vai ser para alguém que saiba aproveitar. (...). No nosso programa você vai dar bolsa para o "cara", vai ser verba da filantropia, mas ele vai tem que mostrar um aproveitamento acadêmico satisfatório.

1.4.5 A METODOLOGIA PARA ANÁLISE DOS PEDIDOS DE BOLSA

A partir da nossa experiência com seleção para bolsa, e com base nas informações disponibilizadas pelas Universidades investigadas, sistematizamos uma metodologia – descrita a seguir, e em negrito, com o objetivo de facilitar a compreensão dos métodos de análise de bolsa na PUC/SP e na Unicastelo.

As duas instituições exigem, como procedimento metodológico, que o aluno preencha um formulário/ questionário com questões socioeconômicas. Até o momento, somente a PUC/SP disponibiliza este recurso em seu *site*.

É realizada também a entrega da documentação específica para comprovação das informações declaradas pelo aluno solicitante da bolsa de estudos. No caso da PUC/SP esse procedimento é realizado posteriormente a inscrição via internet e em data definida e específica.

Na Unicastelo a entrega é feita sem definição de data, justamente por não haver um Programa de bolsa definido. No entanto, e mesmo que em nível de projeto para 2008, o pessoal da universidade reforça a adoção deste procedimento (uso de questionário, com determinação de prazo) quando diz:

*Não é só criar um programa. Mas é criar um setor, capacitar pessoas, deixar as pessoas preparadas para fazer esse trabalho, **com calendário de divulgação, prazos para inscrição, com criação de questionário, com elaboração de formulário para visita etc.***⁵⁰

Concluimos que a adoção desses procedimentos pelas Universidades demonstra que elas utilizam uma metodologia de análise **objetiva** porque é , na verdade, uma análise documental. Ou seja, a concessão é feita com base na verificação dos dados socioeconômicos do questionário e na comparação destes com os documentos comprobatórios.

Verificamos também que se trata de uma metodologia com análise **classificatória**, uma vez que o aluno, quando preenche o formulário na Internet (no caso da PUC/SP), recebe uma classificação conforme a renda per capita declarada e as notas do seu último semestre ou ano numa média aritmética.

A Unicastelo, embora tratando de um projeto, também valoriza essa metodologia e a adotará para 2008, quando afirma: “...*vai ter avaliação de prova, **vai ter uma avaliação pela internet, vai ter mais recurso, vai ter visita....***”

⁵⁰ Grifos nossos.

Entendemos que se refere inclusive a uma metodologia de análise **financeira** por basear-se somente no indicador social e econômico que é a renda per capita da família do solicitante.

E, por fim, concluímos que se trata de uma análise **domiciliar**, no sentido de considerar a renda per capita de todos os membros do domicílio em que o solicitante reside.

1.4.6 O ATENDIMENTO AO ALUNO: O JOGO INTERSUBJETIVO

A PUC/SP e a Unicastelo não utilizam a entrevista social como procedimento para pedido da bolsa. Há somente a entrega e conferência da documentação solicitada pela referidas Universidades.

A PUC/SP evidencia essa situação quando apresenta:

*junto do formulário, os estudantes escrevem uma carta com justificativa pessoal sobre a necessidade da bolsa. Nesse espaço, o aluno pode descrever situações pessoais, particulares que não estão contempladas no formulário e permitem uma visão mais abrangente de suas condições familiares, profissionais, econômicas. **Quando necessário, a assessora da VRACOM [coordenadora do programa], que analisa os processos e decide sobre a concessão ou não, **convoca o aluno para prestar mais esclarecimentos.*****⁵¹

A profissional da Unicastelo retrata também:

⁵¹ Grifos nossos

*É assim. Na verdade, eu mesma falei com poucos [alunos] na hora do pedido. Então, é mais essa coisa do que você leu e conferiu. Do que, propriamente, uma conversar...uma entrevista.*⁵²

1.4.7 AS CONCESSÕES DAS BOLSAS

No quesito sobre a divulgação do número de concessões de bolsas efetuadas semestral ou anualmente, somente a PUC/SP dispõe no *site* essa informação, e por modalidade de bolsa.

Como pontuado anteriormente, a PUC/SP concedeu em 2007 1.481 bolsas de caráter filantrópico para alunos da graduação. Neste mesmo período, a Unicastelo totalizou 70 concessões ⁵³.

1.4.8 O PERFIL DO ALUNO SOLICITANTE

Na PUC/SP foi encontrando o seguinte perfil socioeconômico:

São alunos que trabalham e que participam de modo importante do orçamento familiar; não têm casa própria; moram em lugares distantes da PUC/SP e utilizam transporte público.

Em relação ao perfil acadêmico dos bolsistas da Universidade foi identificado: “*que apenas 6, 5% dos alunos obtiveram rendimento acadêmico inferior a 75%, sendo que 2,19% terão a bolsa cancelada*”.

⁵² Grifos nossos

⁵³ O presente estudo não contabilizou as bolsas ProUni, uma vez que não se constitui no objeto de estudo desta pesquisa, conforme abordado anteriormente.

Na Unicastelo não existe nenhum levantamento sobre a questão, mas conforme evidenciado pela coordenadora, trata-se de uma região periférica (zona leste da capital paulista), portanto, com vários indicadores de exclusão social.

1.4.9 A COMISSÃO DE BOLSA: O ESPAÇO DE DECISÃO.

A Unicastelo não possui uma comissão de bolsa, da mesma forma que a PUC/SP. Pois, no caso da primeira, a decisão é de uma única pessoa, qual seja o diretor. E no caso da segunda, a decisão final é somente da coordenadora do setor (assessora da VRACOM).

Como ela mesma diz: *“...esse trabalho [concessão de bolsa] não foi repartido inicialmente, e nos últimos 8 ou 9 anos, eu sou a pessoa que decide no final”..*

Embora complementa que: *“Tenho pessoas me ajudando principalmente nas visitas domiciliares. Algumas vezes, nas entrevistas, quando elas se tornam numerosas. Então, eu tenho parceiros que são professores da Universidade também, mas para tarefas localizadas”.*

Quando nos referimos à comissão, e conforme o título apresenta, diz respeito ao espaço de decisão sobre a concessão ou não dos percentuais de bolsa aos alunos.

Isso porque na PUC/SP existe uma comissão que discute questões gerais sobre bolsa, na qual a assessora presta esclarecimentos sobre suas decisões. No entanto, conforme ela mesma aborda, é unicamente sua a decisão final sobre a concessão, uma vez que é coordenadora do setor de bolsa.

1.4.10 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA COORDENAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE BOLSA DE ESTUDOS.

Na PUC/SP o departamento de bolsa é coordenado por uma professora que está na Instituição desde 1980, mas que atua naquela função desde 1989, ou seja, há 18 anos realiza essa atividade. Sua formação inicial é em Ciências Biológicas e, além disso, possui mestrado em Educação.

Na Unicastelo a coordenadora possui formação superior em Biblioteconomia e Pedagogia, mas não tem, até o momento, nenhum curso de pós-graduação. Ela faz parte do quadro de colaboradores da Instituição há 2 anos e meio.

É possível perceber que há uma preocupação institucional, no caso da PUC/SP, para atribuir a coordenação desta atividade a profissionais-docentes com nível de formação profissional. Já na Unicastelo, embora os docentes compunham a maioria dos representantes nos Conselhos Superiores, a coordenação desta atividade foi destinada a uma profissional da área administrativa.

CAPÍTULO 2

A Pesquisa:

O caminho metodológico percorrido...

Neste capítulo pretendemos abordar o percurso traçado para construção da pesquisa, sem perder de vista o objetivo do estudo: conhecer e analisar o processo de seleção de bolsistas das Universidades filantrópicas.

O contato com as Universidades investigadas foi feito através do e-mail do Departamento de bolsa, bem como de e-mail particular de alguns dos funcionários do setor, no caso da PUC/SP, e do “fale conosco”; posteriormente, por telefone e e-mail particular da responsável por essa atividade da Instituição, no caso da Unicastelo.

A pesquisa inseriu-se no grupo de metodologias quanti-qualitativas e foi desenvolvida por meio de entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores da atividade de seleção de bolsa das Universidades e de um questionário auto-informe, utilizado com os alunos bolsistas.

A entrevista, primeiro instrumental de pesquisa, foi realizada com os profissionais e estruturada em tópicos, a partir de variáveis que consideramos imprescindíveis para conhecimento do objeto de estudo, tais como: critérios/ indicadores para concessão, etapas/ procedimentos de bolsa, bolsa por carência financeira, entre outros.

O segundo instrumental, o qual foi utilizado com os alunos bolsistas, foi realizado por meio de um questionário auto-informe, respondido através de uma escala *likert*⁵⁴ de 5 pontos, para mensurar o grau de concordância e discordância dos bolsistas que responderam ao questionário em relação às questões avaliadas, onde o

⁵⁴ Uma escala Likert, proposta por Rensis Likert em 1932, é uma escala onde os respondentes são solicitados não só a concordarem ou discordarem das afirmações, mas também a informarem qual o seu grau de concordância/discordância. A cada célula de resposta é atribuído um número que reflete a direção da atitude do respondente em relação a cada afirmação. A pontuação total da atitude de cada respondente é dada pela somatória das pontuações obtidas para cada afirmação (Mattar, 1997). – Fonte: Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada em 2005, com tema: “Estresse e Trabalho: os Assistentes Sociais na mira do *Burnout*”.

máximo de concordância era expresso pelo número 5 e o máximo de discordância pelo número 1.

Para uma melhor interpretação e análise de dados, a resposta do aluno a cada uma das questões foi analisada a partir de 5 possibilidades:

- A opção pela alternativa 1 indica que *discorda totalmente*;
- A alternativa 2 *discorda parcialmente*;
- A alternativa 3 como um *ponto neutro* e divisor do grau de concordância e discordância dos alunos bolsistas. Isso porque < de 3 de um modo geral os alunos discordam e > de 3 de um modo geral eles concordam. Só precisamos analisar a intensidade de concordâncias e discordâncias
- A alternativa 4 *concorda parcialmente*;
- E, por fim, a alternativa 5, a qual indica que o aluno *concorda totalmente*.

O instrumental, composto de duas partes, trazia na primeira parte os dados de caracterização dos sujeitos e na segunda parte 16 itens os quais deveriam ser respondidos por meio do critério valorativo.

O primeiro questionário elaborado constituiu-se de 14 questões: 5 estavam agrupadas na variável “**Critério**”, 4 na variável “**Direito Social**”, 3 na variável “**Atendimento**” e 2 na variável “**Subjetividade**”.

Estas quatro variáveis de análise foram estabelecidas com base na experiência da pesquisadora na atividade de seleção para concessão de bolsas, sendo passível de alteração caso surgisse algum dado novo no pré – teste que seria realizado.

As variáveis foram utilizadas para unir as questões que possuem afinidade e/ou correlação entre si, norteadas sempre pela problemática de pesquisa.

Na variável “**Direito Social**” foram incluídas questões que pudessem verificar se os alunos bolsistas percebem a bolsa de estudos como um direito garantido pela lei de filantropia e dever da Universidade que é filantrópica, desde que dentro do perfil de “carência”.

As perguntas desta variável continham, entre outras, questões como: há pouca divulgação da bolsa? A bolsa é um privilégio para alguns? A documentação mantém a lisura do processo? O mesmo procedimento foi adotado com todas as outras variáveis estabelecidas para análise.

Na variável “**Atendimento**” foram envolvidas as questões que dizem respeito propriamente ao exercício de seleção, ou seja: a relação intersubjetiva entre os profissionais que acolhem os alunos e os próprios alunos no momento da entrega de documentação ou na busca de informações.

A variável “**Critérios**” foi composta por questões que procuraram avaliar a percepção dos alunos sobre o critério de carência financeira (ou socioeconômico) utilizado pelas Universidades filantrópicas, bem como a percepção sobre o critério de mérito acadêmico que é utilizado como complementar e para permanência da bolsa nestas Instituições.

Por fim, a variável “**Subjetividade**” trouxe questões de ordem subjetiva que buscassem avaliar possíveis sentimentos ou emoções que o aluno manifestava diante desta situação, na inter-relação com o outro sujeito implicado na atividade de seleção.

Após realização do pré – teste, resolvemos acrescentar ao instrumental duas questões que trouxessem reflexões a respeito dos aspectos intersubjetivos presentes nesta prática e também reorganizar melhor as questões que tivessem correlações entre si.

Como isso, o questionário final ficou com 16 questões, sendo 5 da variável “**Critério**” (questões: 1, 5, 9, 12 e 15), 4 da variável “**Direito Social**” (questões: 3, 7, 11 e 14), 3 da variável “**Atendimento**” (questões: 4, 8 e 13) e 4 da variável “**Subjetividade**” (2, 6, 10 e 16) ⁵⁵.

Foi pensado, num primeiro momento, em aplicar o instrumental para os bolsistas pessoalmente e no espaço físico dos próprios Departamentos de Bolsa das Instituições investigadas. No entanto, e devido à dinâmica de atividade destes setores, tornou-se inviável esse procedimento. Assim, o instrumental foi aplicado por meio dos endereços eletrônicos (e-mails) dos alunos e disponibilizado pelas Universidades.

Para este procedimento metodológico foi elaborado um texto para ser enviado aos bolsistas, com o questionário em anexo, informando o objetivo da pesquisa e a importância da participação dos alunos no estudo. Este contato havia sido autorizado pelo Departamento de Bolsa da Universidade, para que fosse percebida a seriedade do processo.

Ainda na falta de dados sobre o número de bolsistas da Unicastelo, estipulamos uma amostra inicial de 5% do universo de bolsistas em 2007 das Universidades investigadas, por considerar representativo diante do universo total que, no caso da PUC/SP, é de 1.481 bolsistas com bolsa doação. Isto representaria um universo de pesquisa de 74 alunos bolsistas da PUC/SP.

Embora tenha sido enviado e-mail para os 74 alunos, o retorno, após várias insistências, foi de 27 bolsistas da PUC/SP, representando 1,82% do universo total destes alunos.

No caso da Unicastelo, e diante do baixo percentual de retorno obtido dos alunos da PUC/SP, decidimos enviar o questionário para todos os alunos. Assim,

⁵⁵ Ver questionário em anexo.

dos 70 alunos bolsistas da Unicastelo para os quais foi encaminhado e-mail, 13 deram retorno, representando 18,57% do universo total de bolsistas.

A partir daí, a pesquisa foi desenvolvida com a amostra de 40 alunos bolsistas das duas Universidades que retornaram o questionário preenchido até a data limite estabelecido para o início da tabulação dos dados, representando 2,58% do universo total de bolsistas das duas Universidades.

O baixo retorno que tivemos por parte dos alunos bolsistas nos fez refletir sobre a possibilidade de ser este um fator de análise do processo de bolsa.

Entretanto, e após avaliar algumas declarações dos alunos no que se refere à intensidade de atividades acadêmicas no final de semestre, devido ao fato de alguns não terem acesso à internet em casa e a correria da vida moderna, chegamos à conclusão que somente não fomos estratégicos na escolha do período para aplicação da pesquisa. Além do mais, é importante ressaltar aqui que alguns funcionários dos departamentos de bolsa disseram que toda vez que precisam comunicar-se com os alunos por conta de renovação o retorno é baixo, requerendo o envio insistente de e-mails.

Por fim, cabe ressaltar que o único critério utilizado para selecionar os alunos que participariam da pesquisa foi ser bolsista na modalidade de bolsa por carência financeira, independente de percentual, curso, ou qualquer outro indicador.

2.1 PRÉ – TESTE

A aplicação do pré – teste, em maio de 2007, indicou a necessidade de alguns ajustes no instrumental.

Participaram deste momento 4 alunos bolsistas de uma Universidade não filantrópica localizada na cidade de São Paulo e que se propuseram a contribuir para a pesquisa.

No formulário auto-informe tivemos uma questão com redação refeita depois de realizado o pré-teste:

	Primeira Redação	Segunda Redação
Questão 11	Sinto que o acesso a bolsa de estudos não é privilégio para alguns estudantes.	Sinto que o acesso a bolsa de estudos não é “clientelista”, pois não privilegia somente alguns estudantes.

No pré-teste identificamos também uma questão em duplicidade, mas que não foi contabilizada no conjunto das 14 questões apresentadas anteriormente.

A partir do pré-teste, foi possível constatar que o texto explicativo, ou melhor, as instruções para preenchimento do questionário auto-informe estavam redigidas de tal forma que facilitou o entendimento por parte dos respondentes. Isso possibilitou que o mesmo texto se mantivesse no questionário final.

Deixamos uma questão em aberto no questionário para pré-teste, com o objetivo de o aluno expor suas dúvidas, curiosidades, contribuições e experiência sobre o tema tratado. A partir disso, um bolsista deixou a seguinte declaração, a qual foi utilizada para reflexão do processo de bolsa e suas implicações:

Na Instituição que estudo não é permitido aos inadimplentes que os mesmos façam o pedido para bolsa de estudos. Creio que é uma política contraditória, pois se eles não conseguem pagar a mensalidade, o principal motivo para a maioria é o valor, portanto são os que mais precisam do benefício do desconto.

Embora a amostra para pré-teste tenha sido pequena em quantidade, acreditamos ser grande em termos de significado, pois foi um recurso valiosíssimo para a construção de um instrumento de pesquisa mais efetivo. Por esse motivo, a escolha da metodologia da pesquisa foi de natureza quanti-qualitativa.

O pré-teste, portanto, configurou-se num recurso de revisão do segundo instrumento de pesquisa, possibilitando que as assertivas fossem refeitas para maior objetividade no momento do seu preenchimento.

2.2. POPULAÇÃO - ALVO

O universo deste estudo compreendeu os profissionais que coordenam o processo de concessão de bolsas de estudos social (filantrópica) e os estudantes bolsistas das duas Universidades investigadas, quais sejam: **PUC/SP e Unicastelo**.

A **PUC/SP** é a Universidade que concede um maior número de bolsa de estudos de caráter filantrópico. Isso em relação à Unicastelo – que é a outra Universidade investigada. Quanto às outras três Universidades filantrópicas com sede na cidade de São Paulo e que se não se dispuseram a participar da pesquisa, não foi possível identificar esse dado, até mesmo porque não possuem essa informação disponibilizada em seus sites, conforme procedimento adotado pela PUC/SP e que deveria ser seguido por todas, já que também recebem verba pública.

Conforme divulgado em um dos seus boletins internos⁵⁶ a PUC/SP concedeu **1.481** bolsas de estudos de caráter filantrópico para estudantes da graduação. Considerando os alunos de pós-graduação, esse número totaliza 1.489 concessões, sendo que 988 estão com bolsa parcial e 501 com bolsa integral ou isenção total da mensalidade.

O Departamento responsável pelo atendimento de bolsa de estudos na PUC/SP é o Expediente Comunitário. Esse Departamento é composto por profissionais de várias formações e que atuam nas mais diversas funções, havendo um responsável por cada modalidade de bolsa que a Universidade oferece.

⁵⁶ O Boletim “PUC/SP Semana. De 26/03 a 1º/4/2007.

Dentro do objetivo da pesquisa, entrevistamos a coordenadora do setor e também responsável pelo processo de concessão de bolsa de estudos na Universidade – incluindo a bolsa de caráter filantrópico. Isso porque entendemos que esse profissional tem uma visão de todas as etapas do processo de concessão de bolsa, que vai desde o atendimento ao aluno até a elaboração dos procedimentos para concessão.

O universo dos estudantes bolsistas (bolsa social) da **Unicastelo** totalizou **70** concessões, sendo que todas constituem bolsa parcial a qual varia entre 20% e 50%⁵⁷. Por não possuir ainda um setor específico para solicitação de bolsa de estudos, a recepção dos alunos que entram com o pedido de bolsa é feita na Tesouraria da Universidade.

O universo desta pesquisa totaliza uma amostra de dois profissionais, responsáveis imediatos pelo processo de concessão de bolsa de estudos na PUC/SP e Unicastelo, e 40 alunos bolsistas, com bolsa parcial e integral.

Consideramos rica a análise por investigar todas as categorias profissionais que trabalham com esta atividade, o que possibilitará refletir sobre o diferencial existente entre a atuação do assistente social e dos demais profissionais.

Foram utilizados dois instrumentos investigativos de metodologia quanti-qualitativa, quais sejam: um questionário de autopreenchimento (modelo anexo) para os estudantes bolsistas e entrevista individual semi-estruturada (roteiro anexo) para os profissionais. A devolutiva será socializada com os seus sujeitos, de modo genérico, após a Defesa da Dissertação.

Por fim, vale ressaltar que a escolha por realizar a pesquisa na cidade de São Paulo se deu em razão da pesquisadora residir e trabalhar na localidade, portanto, em proximidade com os sujeitos da pesquisa e da realidade em que estão inseridos.

⁵⁷ Informações disponibilizadas pela responsável pelo Setor de Tesouraria da Universidade.

Bem como pelo fato da cidade de São Paulo se localizar numa região que possui o maior número de Instituições Privadas de Ensino Superior.

CAPÍTULO 3

Interpretação e Análise dos Dados:

a visão dos alunos bolsistas.

No presente capítulo analisamos o processo de seleção de bolsistas na PUC/SP e na Unicastelo a partir da avaliação dos próprios alunos bolsistas, obtida através do questionário auto-informe, tipo *Liket*. A tabulação dos dados do questionário foi realizada por meio do Programa SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences*,⁵⁸ Programa de Estatística para as Ciências Sociais. Considerando a metodologia de coleta utilizada, os dados serão apresentados em tabelas e correlacionados em suas médias e percentagens.

Para caracterização dos alunos bolsistas, o questionário continha 9 questões relacionadas à instituição de ensino (Universidade), instituição de conclusão do ensino médio, idade, percentual de bolsa, sexo, curso de graduação, estado civil, auxílio ao sustento da família e se possuíam filhos.

O tratamento estatístico dos dados foi realizado por um programa de computador, seguido de um código que correspondesse a cada uma das alternativas possíveis dentro de um determinado indicador de caracterização do aluno bolsista.

No indicador “instituição de ensino”, por exemplo, estabelecemos um código para cada alternativa possível a essa pergunta, assim: código número **1** para a PUC/SP e código número **2** para Unicastelo. Este procedimento foi adotado para cada um dos indicadores que escolhemos para caracterização do aluno bolsista.

A maioria dos itens recebeu dois códigos porque possuíam somente duas alternativas: “**concluiu o ensino médio**” (**1** para pública e **2** para privada); “**sexo**” (**1** para feminino e **2** para masculino); “**se ajudavam no sustento da família**” e “**se possuíam filhos**” (**1** para sim e **2** para não).

⁵⁸ O software SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) permite realizar cálculos estatísticos complexos e visualizar resultados de forma rápida, permitindo aos seus usuários uma apresentação e uma interpretação sucinta dos resultados obtidos. Fonte: <http://www.sc.uevora.pt/spss/>

Os outros itens receberam mais códigos, em função da quantidade de possibilidades declaradas pelos alunos: “**idade**” (abaixo de 20 anos - código **1** ; de 20 a 29 anos – código **2**, de 30 a 39 anos – código **3**; de 40 a 49 anos – código **4**), “**Percentual de bolsa**” ($>$ ou $= 10\%$ e $< 50\%$ - código **1** ; $<$ ou $= 50\%$ e $>$ que 100% – código número **2** e $= 100\%$ – código **3**), “**curso de graduação**” (curso com 1 aluno - código **1** ; curso com 2 alunos - código **2** ; curso com 3 alunos – código **3** e curso com 5 alunos – código **4**) e, por fim, “**estado civil**” (solteiro (a): código **1**; casado (a): código **2** e divorciado (a): código **3**).

Para os casos em que os alunos deixaram de responder alguma questão, seja no que se refere à caracterização ou avaliação das afirmativas, utilizamos o código número 6 para indicar que aquele item é “nulo” ou “inválido”.

Num primeiro momento, o banco de dados foi realizado em Programa de Excel, já com os códigos de todas as questões do questionário, sendo posteriormente transportado para o Programa SPSS, o que possibilitou o cruzamento dos dados, resultando na análise que segue.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS BOLSISTAS.

A seguir serão apresentados dados coletados deste grupo de sujeitos da pesquisa.

Tabela 1: Instituições de ensino superior pesquisadas

Instituição de Ensino	Frequência	Percentual (%)
PUC/SP	27	67,5
Unicastelo	13	32,5
Total	40	100,0

Quanto à Instituição de Ensino de origem do aluno, a tabela número 1 indica que, do universo total de bolsistas pesquisados (40 alunos), 27 alunos ou 67,5% são estudantes da PUC/SP e 32,5% são alunos da Unicastelo.

Mesmo em percentual menor no que se refere ao universo de alunos pesquisados proporcionalmente ao conjunto de bolsistas de cada Universidade, a Unicastelo, em particular, teve maior representatividade, já que 18,57% dos seus bolsistas participaram da pesquisa e na PUC/SP esse percentual foi de 1,82%, considerando que a Unicastelo, até o mês de junho de 2007, possuía 70 bolsistas e a PUC/SP 1.481 bolsistas, com bolsa social (filantrópica).

Em relação às faculdades cursadas pelos bolsistas, a amostra pesquisada apresenta que o curso de Administração possui maior incidência de alunos com bolsa de estudos (5 alunos), seguido pelos cursos de Comunicação e Multimeios, Física, Fonoaudiologia, Pedagogia e História (3 alunos de cada curso) ⁵⁹.

⁵⁹ Totalizamos um conjunto de 22 faculdades as quais os bolsistas declararam estar cursando, sendo: Administração, com 5 alunos; Turismo, Serviço Social, Publicidade e Propaganda, Matemática, Ciências Sociais, Secretariado, Tecnologia e Mídias Digitais, Jornalismo, Ciências Econômicas, Medicina, Biologia e Letras, com 1 aluno cada; Ciências Atuarias, Psicologia, Direito e Geografia, com 2 alunos cada; Comunicação e Multimeios, Fonoaudiologia, Pedagogia, Física e História, com 3 alunos cada.

Tabela 2: Instituição em que o aluno (a) concluiu o ensino médio

Conclusão de Ensino Médio	Frequência	Percentual (%)
Pública	33	82,5
Privada	7	17,5
Total	40	100,0

A tabela 2 demonstra que quase a totalidade dos alunos bolsistas – 33 alunos - concluiu o ensino médio em escola pública, representando 82,5% do universo total pesquisado.

Tabela 3: Incidência de bolsistas com isenção da mensalidade

Percentual de bolsa	Frequência	Percentual (%)
> ou = 10 % e < 50%	2	5,0
> ou = a 50% e < que 100%	28	70,0
= a 100% (integral)	10	25,0
Total	40	100,0

A tabela 3 indica que, dos 40 bolsistas pesquisados, 10 alunos ou 25% da amostra possui isenção da mensalidade, sendo todos estudantes da PUC/SP. Apresenta ainda que um número significativo de alunos tem percentual de bolsa maior ou igual a 50% e menor que 100%. Isso porque constituem 70% da amostra pesquisada (28 alunos).

Tabela 4: Sexo dos alunos (a)

Sexo	Frequência	Percentual (%)
Feminino	24	60,0
Masculino	15	37,5
Sem resposta	1	2,5
Total	40	100,0

Conforme indicado na tabela número 4, 60% da amostra pesquisada é do sexo feminino, ou seja, tivemos a participação de 24 mulheres na pesquisa. O sexo masculino foi representado por 37,5% do universo. Tivemos também um questionário sem indicação do sexo, representando 2,5% da amostra.

Tabela 5: Idade do (a) alunos (a) bolsistas

Idade	Frequência	Percentual (%)
Abaixo de 20 anos	4	10,0
De 20 a 29 anos	25	62,5
De 30 a 39 anos	8	20,0
De 40 a 49 anos	3	7,5
Total	40	100,0

O público pesquisado é eminentemente jovem, conforme demonstrado na tabela 5, uma vez que 25 alunos ou 62,5% da amostra encontram-se na faixa etária de 20 a 29 anos de idade. O segundo grupo mais representativo é composto pelos estudantes na faixa etária de 30 a 39 anos de idade, que compõem 20% do universo total pesquisado.

Tabela 6: Estado civil dos (a) alunos (a)

Estado Civil	Frequência	Percentual (%)
Solteiro (a)	32	80,0
Casado (a)	7	17,5
Divorciado (a)	1	2,5
Total	40	100,0

Conforme indica a tabela 6, quase a totalidade dos bolsistas é solteira (a), isto porque 80% declararam como sendo este o seu estado civil. O segundo maior grupo é o de casados (a), representado 17,5 % da amostra e, por último, os que indicaram divorciados (a) como opção (2,50%).

Tabela 7: O aluno (a) ajuda no sustento da família

Ajuda no sustento	Frequência	Percentual (%)
Sim	20	50,0
Não	18	45,0
Sem resposta	2	5,0
Total	40	100,0

A tabela número 7 confirma os dados apresentados pela PUC/SP sobre o perfil socioeconômico do aluno bolsista, quando traz que 50% dos alunos pesquisados ajudam no sustento da sua família. Igualmente representativo, embora em percentual menor, 45% dos bolsistas declararam que não têm essa prática.

Isto indica também, mesmo não tendo sido perguntado no questionário, que 50% dos alunos bolsistas conciliam o estudo com o trabalho.

Tabela 8: O aluno (a) possui filhos (a)

Possui filhos (a)	Frequência	Percentual (%)
Sim	8	20,0
Não	30	75,0
Sem resposta	2	5,0
Total	40	100,0

Foi verificado, com base nos dados da tabela 8, que é significativo o percentual de alunos que não possui filhos, constituindo 75% da amostra. Alto número talvez até em função do percentual de alunos que se declararam solteiros, que é de 80% do universo total; embora não se possa fazer uma análise linear sobre a questão.

Mesmo que em número menor, não deixa de ser representativo o percentual de estudantes que declararam possuir filhos, que é de 20%. Pois conciliar as atividades domésticas com os estudos e o fato de, em muitos casos, o trabalho fora de casa, indica um pouco de como é a condição de vida de alguns alunos bolsistas.

Mesmo de modo geral, os dados descritos acima indicam o perfil do aluno bolsista das duas Universidades investigadas: PUC/SP e Unicastelo.

3.2 AS CLASSES DE BOLSISTAS E AS VARIÁVEIS....

Nucleamos os alunos bolsistas em 3 grupos, a partir de afinidades de respostas encontradas, assim: código **1** para os que discordam muito das afirmativas (12 alunos), código **2** para os que possuem opção intermediária (18 alunos) e código **3** para os que, de um modo geral, concordam muito com as questões (10 alunos).

A partir do agrupamento dos alunos por afinidade de respostas, podemos observar que a classe com maior incidência de bolsistas é a de número **2**, representando 45% da amostra; seguida pela classe número **1** (30% dos alunos) e a número **3** (25% dos alunos). Isto indica que quase metade dos bolsistas apresentou uma avaliação intermediária, nem discordando nem concordando totalmente em relação às afirmativas.

O questionário utilizou escala *likert* de 5 pontos, com o máximo de concordância expresso pelo número 5 e de discordância pelo número 1.

Assim, e para facilitar a análise e interpretação dos dados utilizaremos o número 3 como um ponto médio, o divisor para averiguar o grau de concordância e discordância dos bolsistas em relação às afirmativas apresentadas.

As afirmativas foram agrupadas em 4 variáveis: **subjetividade** (questões 2 , 6, 10 e 16), **direito social** (questões 3, 7, 11 e 14), **atendimento** (questões 4, 8 e 13) e **critérios** (questões 1, 5, 9, 12 e 15).

Tabela 9: Classes e Variável SUBJETIVIDADE

Afirmativas		Classes						Média Geral
Nº.	Conteúdo	1		2		3		
		Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	
1	Participar do processo de seleção para bolsa na Universidade me deixa constrangido	12	1,33	18	2,00	10	3,80	2,25
2	Sinto-me humilhado em ter que pedir bolsa	12	1,42	18	1,56	10	3,80	2,08
3	Usufruir o benefício da bolsa de estudos é a única forma de dar prosseguimento aos estudos.	12	3,17	18	4,56	9	4,67	4,15
4	A bolsa de estudo me faz sentir em situação de débito com relação a outros alunos	11	1,64	18	1,28	10	3,70	2,00

A tabela número 9 mostra que os bolsistas da “classe 1” – que discordam muito das questões - de um modo geral, discordaram totalmente de quase todas as questões que compõem a variável “subjetividade”. Isso porque, e desconsiderando a questão 3, com média de concordância de 3,17, as afirmativas chegam à média limite de discordância de 1,64.

A questão 3, indicada na tabela 9, seria o único item da variável que no conjunto das 3 classes de bolsistas apresentou concordância, com médias respectivas às classes: 3,17 (classe 1), 4,56 (classe 2) e 4,67 (classe 3).

Podemos inferir que o benefício da bolsa é imprescindível para que os alunos dêem prosseguimento aos seus estudos. É considerado um aspecto subjetivo porque se encontra no campo de projetos de vida, de sonhos, de aposta num futuro melhor.

No que se refere à questão número 1, a tabela 9 demonstra que 75% dos bolsistas não se sentem constrangidos em ter que solicitar a bolsa.

Ainda em relação à questão 1, identificamos maior dispersão ou variabilidade quando relacionadas às demais questões, com desvio padrão⁶⁰ de 1,481, seguida pela de número 4, com desvio de 1,414. Isto indica que há uma diversidade de opiniões sobre a temática apresentada na referida questão, e auxilia na compreensão de que 25% dos bolsistas se sentem humilhados em ter que pedir o benefício.

A alternativa com maior exatidão (menor dispersão) nas respostas dos bolsistas foi a de número 3, a qual indicou que os alunos das 3 classes concordam com a afirmativa de que a bolsa é imprescindível para a continuidade dos estudos.

⁶⁰ O Dicionário Aurélio conceitua desvio padrão como: Afastamento médio quadrático tomado em relação à média aritmética ou à esperança matemática; afastamento padrão; afastamento quadrático médio da média; afastamento unitário (cf. Bibliografia).

Foi identificado ainda que 30 alunos ou 75% dos bolsistas discordam totalmente da afirmativa de número 2, no que se refere a sentir-se humilhado em ter que pedir a bolsa. Isto porque os 12 alunos agrupados na classe 1 mais os 18 da classe 2 apresentaram, respectivamente, médias 1,42 e 1,56. Porém, não deixa de ser significativo o percentual de bolsistas (25% da amostra) que indicaram opinião contrária.

Podemos verificar também, a partir dos dados apresentados na tabela 9, que 72% dos bolsistas não se sentem em débito em relação aos demais alunos, uma vez que discordam da afirmativa de número 4 (média 2,00)

Tabela 10. Classes e Variável DIREITO SOCIAL

Afirmativas		Classes						Média Geral
Nº.	Conteúdo	1		2		3		
		Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	
1	Há pouca divulgação para os alunos da bolsa de estudos pela Universidade	12	2,50	18	3,11	10	3,40	3,00
2	A documentação solicitada é necessária para “justiça” do processo de seleção.	12	2,58	18	3,67	10	3,00	3,18
3	Sinto que o acesso à bolsa de estudos não é “clientelista”, pois não privilegia somente alguns estudantes.	12	3,67	18	2,89	10	3,20	3,20
4	Os critérios de seleção de bolsa não são “claros”.	11	2,18	17	3,18	10	3,50	2,97

A tabela número 10 apresenta que há uma maior concordância dos alunos em relação às afirmativas da variável **“direito social”**, até pelas médias gerais de todas as questões (3,00; 3,18; 3,20 e 2,97), quando comparadas às afirmativas da variável **“subjetividade”** (cf. tabela 9).

Percebe-se também que houve uma maior homogeneidade nas respostas dos bolsistas em todas as classes, sendo a menor média 2,18 e a maior 3,67. Na variável “**subjetividade**”, a menor média foi 1,28 e a maior 4,67. Portanto, mais discrepante, indicando uma maior heterogeneidade de opiniões sobre as questões desta variável.

Considerando as médias gerais da variável “**direito social**” em relação a todas as classes e afirmativas, a única que não obteve uma pontuação igual ou superior a 3 foi a questão número 4, que interroga sobre se há clareza no que se refere ao critério utilizado para concessão da bolsa de estudos nas duas Universidades; e por meio da qual podemos verificar que 67% dos bolsistas avaliaram que os critérios de bolsa não são claros (1 aluno não respondeu a questão). Essa afirmativa, por sua vez, foi inclusa na variável “**direito social**” pelo seu indicativo de transparência, que deve conter em todos os processos que envolvem verba pública.

A partir da tabela 10 verificamos ainda que 70% dos bolsistas declararam que há pouca divulgação sobre a bolsa de estudos pela Universidade (questão 1) e que a solicitação da documentação é necessária para justiça e/ ou lisura do processo de seleção (questão 2).

Em relação à questão 2 identificamos também que possui maior variabilidade nas avaliações dos alunos, com desvio padrão de 1,394, indicando que a necessidade da documentação é algo que causa certa diversidade de opiniões.

Na questão número 3 os dados da tabela demonstraram que 55% dos bolsistas avaliam que o processo não é clientelista, ao concordarem com a afirmativa. A média geral foi de 3,20.

Tabela 11: Classes e Variável ATENDIMENTO

Afirmativas		Classes						Média Geral
Nº.	Conteúdo	1		2		3		
		Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	
1	Os profissionais que realizam o atendimento aos candidatos a bolsa são preconceituosos.	10	1,50	15	2,67	10	2,20	2,20
2	Os profissionais atendem a todos com muito respeito.	12	3,25	17	3,18	9	3,11	3,18
3	Os profissionais são compreensíveis às necessidades apresentadas pelos estudantes.	12	3,08	18	2,78	10	2,90	2,90

Em relação à variável “**atendimento**”, a tabela número 11 demonstra que, embora mais homogênea que o conjunto de respostas da variável “**subjetividade**” é mais dispersa ou heterogênea em relação ao conjunto das respostas da variável “**direitos sociais**”.

No conjunto das três afirmativas desta variável, foi identificado que a de número 2 possui maior variabilidade, com desvio padrão de 1, 504, seguida pelas de número 3 (desvio 1, 446) e de número 1 (desvio 1, 431). Isso sugere que, de modo geral, os alunos possuem uma opinião muito clara e precisa que os profissionais que realizam atendimento tratam a todos com respeito, representando 95% da amostra.

A questão número 1, em relação ao conjunto de todas as questões das variáveis, foi a afirmativa que os alunos menos responderam, uma vez que dos 40 bolsistas pesquisados, 5 alunos ou 13% deixaram de opinar.

Interessante observar a avaliação dos alunos sobre a afirmativa número 3, pois as duas classes mais concordantes (classe 2 e 3) discordam parcialmente da afirmativa de que os profissionais são compreensíveis às necessidades apresentadas

pelos estudantes, com médias de 2,78 e 2,90, respectivamente (70% da amostra). No entanto, a classe mais discordante (classe 1) concorda parcialmente com essa afirmativa, com média de 3,08.

Tabela 12: Classes e Variável CRITÉRIOS

Afirmativas		Classes						Média Geral
Nº.	Conteúdo	1		2		3		
		Nº	Média	Nº	Média	Nº	Média	
1	Os critérios de seleção para bolsa não são eficazes.	11	1,58	18	2,89	10	3,89	2,72
2	É mais fácil participar de uma seleção por critério socioeconômico do eu por mérito acadêmico.	12	2,08	18	4,06	10	2,70	3,13
3	É preciso dizer que se está na miséria para se conseguir a bolsa de estudos.	12	1,58	17	3,53	9	3,44	2,89
4	O processo de seleção é muito burocrático	12	2,33	18	4,00	10	3,80	3,45
5	Prefiro ser selecionado por minha competência (conhecimento).	12	2,92	18	2,56	10	2,80	2,72

Sobre a variável “**critério**”, apresentada pela tabela 12, foi identificado que 72% dos bolsistas discordam da afirmativa que os critérios para bolsa de estudos nas Universidades não são eficazes; isto porque o conjunto de alunos das classes 1 e 2 apresentaram médias de 1,58 e 2,89 respectivamente.

Isso é muito importante, pois sugere que a opção pelo critério de carência e/ou vulnerabilidade social permite que se atenda efetivamente um perfil de população que carece desse tipo de serviço.

Avaliam também que o processo para concessão de bolsa é burocrático, ou seja, contém muitas etapas e exigências nos seus procedimentos, pois as médias de todas as classes de bolsistas para essa afirmativa foram, respectivamente: 2,33, 4,00 e 3,80, demonstrando que 28 alunos ou 70% da amostra pesquisada concorda com essa afirmativa.

As questões número 2 e 5 desta variável, que retratam se há facilidade e preferência por parte dos bolsistas em serem selecionados por critério socioeconômico ou por mérito acadêmico, demonstram que os alunos avaliam ser mais fácil participar de processo de bolsa a partir de critério que analise a sua condição socioeconômica e financeira, uma vez que 22 alunos ou 55% da amostra discordam parcialmente da afirmativa número 2 e que tem preferência pela seleção por critério socioeconômico, ao discordarem parcialmente com a questão número 5. Isso indica que mesmo tendo preferência pela seleção por critério socioeconômico não acham que seja um processo fácil de ser realizado.

A tabela apresenta ainda que, embora a classe 1 (12 alunos) indique discordância em relação à afirmativa de que *é necessário se estar na miséria para se conseguir a bolsa* (como limite de renda per capita estabelecido para conseguir a bolsa), as classes 2 e 3 concordam parcialmente com essa mesma afirmativa, representando 65% da amostra (26 alunos).

3.3 AS VARIÁVEIS E AS DUAS UNIVERSIDADES

As tabelas a seguir apresentarão o que ressoa no cruzamento entre as variáveis e as duas Universidades pesquisadas: PUC/SP e Unicastelo.

Tabela 13: A variável SUBJETIVIDADE e as Universidades

Afirmativas		Universidades				Média Geral
Nº.	Conteúdo	PUC/SP		Unicastelo		
		Nº	Média	Nº	Média	
1	Participar do processo de seleção para bolsa na Universidade me deixa constrangido	27	2,19	13	2,38	2,25
2	Sinto-me humilhado em ter que pedir bolsa	27	2,15	13	1,92	2,08
3	Usufruir o benefício da bolsa de estudos é a única forma de dar prosseguimento aos estudos.	27	4,70	12	2,92	4,15
4	A bolsa de estudo me faz sentir em situação de débito com relação a outros alunos	27	1,96	13	2,08	2,00

As afirmativas da variável “**subjetividade**”, quando cruzadas com as Instituições de Ensino (cf. tabela 13), demonstram que a questão com maior discrepância nas médias entre as duas Universidades é a de número 3, uma vez que a média na PUC/SP é de 4,70 (concordam) e na Unicastelo 2,92 (discordam).

Isso indica que para os alunos bolsistas da PUC/SP a necessidade da bolsa de estudo é mais primordial do que para os alunos da Unicastelo. Não acreditamos que este fato esteja relacionado ao perfil do aluno, mas ao valor da mensalidade de cada uma das Universidades, as quais são muito discrepantes.

A resposta mais homogênea entre os alunos bolsistas das duas Universidades sob esta variável refere-se à questão de número 1, na qual a PUC/SP obteve média 2,19 e a Unicastelo média 2,38. Ou seja, ambas discordam parcialmente com médias equivalentes sobre a afirmativa de que *a participação no processo de bolsa de estudos constrange os alunos*.

No que tange à afirmativa 1 – *se a solicitação da bolsa o deixa em condição de débito em relação aos outros alunos* - os bolsistas da PUC/SP foram mais incisivos na discordância da questão, com a média 1, 96 em relação aos alunos da Unicastelo, com média 2,08. Assim, assumiram uma visão mais política do processo no sentido de ver a bolsa também como uma obrigação da Universidade em atender aos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Porém, na questão 2, *sobre sentir-se humilhado em pedir a bolsa*, foi observado que para os alunos da Unicastelo, sob nenhuma hipótese, isso se configura como uma situação vexatória, indicando que discordam da afirmativa com a média 1, 92, sendo a média na PUC/SP de 2,15.

Uma hipótese de análise para este dado pode ser o fato do ambiente da PUC/SP ser bem diferente da Unicastelo, que possui um corpo discente com uma variedade imensa de situações socioeconômicas, desde o mais vulnerável socioeconomicamente ao sem vulnerabilidade nenhuma.

Embora não tenha nenhum dado neste sentido, acreditamos que o corpo discente da Unicastelo possua situações mais semelhantes, até em função da zona urbana de localização das duas Universidades. A PUC/SP se localiza na zona oeste da cidade de São Paulo, que a partir do Mapa da Exclusão/ Inclusão ⁶¹ oferece melhores condições de vida aos seus moradores. Enquanto que a Unicastelo se localiza na zona leste, com carência de serviços e equipamentos públicos e privados.

⁶¹ Conferir bibliografia.

Tabela 14: A variável DIREITO SOCIAL e as Universidades

Afirmativas		Universidades				Média Geral
Nº.	Conteúdo	PUC/SP		Unicastelo		
		Nº	Média	Nº	Média	
1	Há pouca divulgação para os alunos da bolsa de estudos pela Universidade	27	2,89	13	3,25	3,00
2	A documentação solicitada é necessária para “justiça” do processo de seleção.	27	3,56	13	2,38	3,18
3	Sinto que o acesso à bolsa de estudos não é “clientelista”, pois não privilegia somente alguns estudantes.	27	3,19	13	3,23	3,20
4	Os critérios de seleção de bolsa não são “claros”.	26	2,88	12	3,17	2,97

Os dados apresentados na tabela 14 demonstram que o fato de a Universidade possuir um Programa de bolsa estruturado implica numa avaliação diferenciada por parte dos alunos, no que se refere à concessão da bolsa, e em relação a alguns aspectos.

Isso porque no caso da PUC/SP, que já possui um Programa desta natureza, os alunos discordam parcialmente da afirmativa de que *os critérios de seleção de bolsa não são claros*, com média 2,88; discordam também parcialmente da afirmativa de que *não há divulgação da bolsa*, com média 2,89; concordam parcialmente com a afirmativa de que *o programa de bolsa não privilegia somente alguns alunos*, com média de 3,56 e concordam parcialmente de que *a documentação é necessária para a lisura do processo*, com média 3,56.

Já na Unicastelo essas médias foram, respectivamente 3,17 - concordando parcialmente que *os critérios não são claros*, 3,23 - concordando parcialmente de que *não há divulgação sobre a bolsa na Universidade* e 2,38 - discordando que *a documentação é necessária para a lisura do processo*.

A única alternativa ou questão que ambos os alunos da PUC/SP e Unicastelo concordaram foi a que se refere à variável “**direito social**”: concordam parcialmente que *o acesso à bolsa não é privilégio de alguns alunos*. Esse último aspecto torna-se discrepante e merece muito cuidado na análise: alunos da Unicastelo indicarem que não têm clareza sobre os critérios do processo e declarar que não há privilégio na concessão da bolsa.

Tabela 15: A variável ATENDIMENTO e as Universidades

Afirmativas		Universidades				Média Geral
Nº.	Conteúdo	PUC/SP		Unicastelo		
		Nº	Média	Nº	Média	
1	Os profissionais que realizam o atendimento aos candidatos a bolsa são preconceituosos.	26	2,23	9	2,20	2,20
2	Os profissionais atendem a todos com muito respeito.	27	3,19	11	3,18	3,18
3	Os profissionais são compreensíveis às necessidades apresentadas pelos estudantes.	27	2,59	13	3,54	2,90

Os dados apresentados na tabela 15 demonstram que, de modo geral, as respostas dos alunos bolsistas em cada Universidade e em relação às afirmativas da variável “**atendimento**” são homogêneas, pois possuem médias e, consequentemente, opiniões semelhantes na maioria das questões.

O único diferencial de opinião entre os bolsistas das duas Universidades está na questão número 3 – discorre sobre se os *profissionais são compreensíveis às necessidades dos alunos* –, no caso da PUC/SP, discordaram parcialmente da afirmativa, com média 2,59; na Unicastelo os alunos concordaram parcialmente (média 3,54).

Em relação à questão número 2, sobre a afirmativa de que *os profissionais atendem a todos com respeito*, as duas universidades tiveram médias muito próximas, ficando a PUC/SP com 3,19 e a Unicastelo com média 3,18.

No que se refere à afirmativa número 1 - *se os profissionais que realizam o atendimento são preconceituosos* - houve discordância por parte dos alunos das duas Universidades.

Tabela 16: A variável CRITÉRIOS e as Universidades

Afirmativas		Universidades				Média Geral
Nº.	Conteúdo	PUC/SP		Unicastelo		
		Nº	Média	Nº	Média	
1	Os critérios de seleção para bolsa não são eficazes.	27	2,88	12	2,38	2,72
2	É mais fácil participar de uma seleção por critério socioeconômico do eu por mérito acadêmico.	27	3,37	13	2,62	3,13
3	É preciso dizer que se está na miséria para se conseguir a bolsa de estudos.	27	3,33	11	1,82	2,89
4	O processo de seleção é muito burocrático	27	3,89	13	2,54	3,45
5	Prefiro ser selecionado por minha competência (conhecimento).	27	2,96	13	2,23	2,72

Os dados apresentados na tabela 16 apresentam que houve uma discrepância na colocação dos alunos da Unicastelo no que se refere à preferência sobre o critério de seleção para concessão de bolsa de estudos – por mérito ou socioeconômico. Isto porque na questão 2 discordam parcialmente (média 2,62) sobre a afirmativa de que a seleção por critério socioeconômico é mais fácil; já na questão número 5, discordam parcialmente (média 2,23): também é melhor participar de uma seleção por mérito acadêmico. Podemos fazer algumas inferências sobre esta questão.

A primeira, e do nosso ponto de vista a mais viável, é de que sem um Programa de Bolsa estruturado o aluno não tem clareza do que significa e quais as implicações da utilização de cada um desses critérios. Uma outra está relacionada à possibilidade de existirem outras formas e/ ou critérios para concessão de bolsa de estudos que são mais efetivos para estes alunos do que os critérios anteriormente citados. Já os alunos bolsistas da PUC/SP, concluindo que preferem ser selecionados por critério socioeconômico, demanda real de suas necessidades.

O diferencial em ter um Programa estruturado para atendimento de bolsa de estudos fica evidente também nas respostas dos alunos das duas Universidades em relação às afirmativas número 3 e 4.

Isto porque os alunos da PUC/SP – com Programa estruturado - declararam que concordam parcialmente com as duas questões quando afirmam que é preciso dizer que está na miséria para se conseguir a bolsa e de que o processo é burocrático. Ou seja, mesmo não gostando de alguns procedimentos adotados pela Universidade, os alunos possuem clareza sobre o processo de concessão de bolsa. Na Unicastelo para ambas as questões houve discordância parcial, com médias de 1,82 e 2,54.

Os alunos das duas Universidades possuem respostas semelhantes no que se refere à afirmativa de que os critérios não são eficazes, ao discordarem parcialmente da questão.

Tabela 17: As duas Universidades e as afirmativas, das 4 variáveis, que apresentaram maior heterogeneidade ⁶²:

Afirmativas	Universidades	
	PUC/SP	Unicastelo
Usufruir o benefício da bolsa de estudos é a única forma de dar prosseguimento aos estudos	4,70	2,92
A documentação solicitada é necessária para “justiça” do processo de seleção.	3,56	2,38
É preciso dizer que se está na miséria para se conseguir a bolsa de estudos	3,33	1,82
O processo de seleção é muito burocrático	3,89	2,54

Os dados apresentados na tabela 17 demonstram que a variável com maior incidência de afirmativas com avaliações discrepantes, na comparação entre a PUC/SP e a Unicastelo, é a variável “**critérios**”, uma vez que as duas últimas afirmativas da tabela 17 compõem a referida variável.

Podemos observar também que nenhuma das afirmativas da variável “**atendimento**” está entre as que mais receberam avaliação discrepante nos alunos das duas Universidades, indicando homogeneidade nas respostas dos alunos da PUC/SP e da Unicastelo.

Observou-se ainda, não especificamente na tabela 17, mas na análise do conjunto dos dados apresentados nas tabelas anteriores, que a variável “**subjetividade**” e a variável “**direito social**” foram, entre as 4 variáveis apresentadas, as que obtiveram um maior número de questões validadas, 38 cada

⁶² Consideramos afirmativas heterogêneas aquelas que apresentaram diferença igual ou superior a 1 ponto na comparação entre as médias apresentadas a partir da avaliação dos alunos de cada Universidade, em relação às quatro variáveis. Isso porque uma diferença superior a 1 ponto indica mudança de avaliação na escala de pontuação que vai de 1 a 5, conforme apresentada nos procedimentos metodológicos.

uma delas. As outras variáveis - “**atendimento**” e “**critérios**” – apresentaram uma validação de 34 e 37 questões, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objeto deste estudo, o processo de seleção de bolsistas em Universidade filantrópicas, e a partir dos dados apresentados, é possível tecermos algumas considerações. É importante frisar que traremos dados já mencionados anteriormente, mas que são relevantes para serem retomados no nível de últimas considerações.

O universo de bolsistas pesquisado foi composto 60% por sujeitos do sexo feminino, na faixa etária entre 20 e 29 anos, ou seja, grupo eminentemente jovem, representando 62,5% do universo. A maioria dos bolsistas é solteira (80%) e concluiu o ensino médio em escola pública (82,5%). O contingente mais expressivo da amostra encontra-se estudando na PUC/SP, representando 67,5% do universo. Identificamos ainda que 50% ajudam no sustento da família e que 75% não possuem filhos.

Em se tratando do critério para bolsa, constatamos que as Universidades não priorizam na análise para concessão de bolsa outro indicador social e econômico que não seja a renda *per capita* familiar (bruta). Por isso mesmo, concluímos a partir do conhecimento que adquirimos nestes anos de experiência com a temática discutida que se trata de uma metodologia para concessão de bolsa, cujo método e/ou procedimento principal adotado é a **análise financeira**, seguida por uma **análise classificatória e documental**.

Vemos que a utilização desse único indicador – renda - restringe a análise sobre a condição de vida da população vulnerável socioeconomicamente, sobre a qual incidem outros indicadores que, por sua vez, influenciam na situação desses sujeitos: problemas de habitabilidade, inserção diferenciada no mercado de trabalho – economia formal ou informal -, despesas fixas com compras de medicamentos, aluguel, transporte público etc. Esses aspectos socioeconômicos e financeiros influenciam por sua vez sobre as condições de estudos destes alunos, que precisam ter um bom desempenho acadêmico para continuar com a bolsa.

Concordamos com a contrapartida do bom desempenho acadêmico para o aluno bolsista. No entanto, acreditamos também que é necessário ter um olhar mais minucioso sobre as reais condições de vida desses sujeitos que muitas vezes não conseguem atingir a nota estipulada, por exemplo, devido às necessidades socioeconômicas mais primordiais, como alimentação. Não se trata de uma questão de tutela, mas de responsabilidade sobre a população que efetivamente nos propomos a atender com programas e políticas institucionais.

Ficou evidente também a relevância que teria se as Universidades constituíssem como parte do quadro de profissionais que trabalham com essa atividade o assistente social, para agregar o seu conhecimento ao dos demais profissionais já existentes nestes setores. Isso porque a seleção para concessão de bolsa requer a utilização de instrumentos como, por exemplo, a entrevista social, a visita domiciliar e a seleção socioeconômica, embora não sendo específico do Serviço Social, o assistente social poderia dispor de grande contribuição. Trata-se de mecanismos de grande intimidade destes profissionais, considerando que sua prática de intervenção social geralmente é desenvolvida através deles.

Com relação às variáveis analisadas para compreensão do processo de seleção de bolsistas, a partir dos seus pontos de vista, constatamos heterogeneidade de opiniões no que tange as afirmativas que compõe a “**subjetividade**”. Isso indica que realmente são questões que envolvem aspectos intersubjetivos, ou seja, dizem respeito a emoções e sentimentos que os sujeitos vivenciam ou podem vivenciar nesta experiência e/ou relação de seleção socioeconômica para bolsa.

Entendemos que não se pode uniformizar o processo sem permitir a possibilidade de abertura e flexibilidade para as questões intersubjetivas. Não se trata de estabelecer isso como critério para concessão, mas considerar como um indicador qualitativo e humanitário do processo, que poderá ser evidenciado, por exemplo, na qualidade do atendimento que realizamos para os alunos nesta condição.

O resultado desse estudo é proveniente da opinião de alunos de vários cursos, de ambos os sexos, de várias idades e diferentes, embora semelhantes, condições socioeconômicas. Isto demonstra que cada um, nesta complexidade de fatores e aspectos, ocupa um lugar que é único, que é só seu e de mais ninguém. Um lugar que só ele vivencia e de onde somente ele pode falar. Por isso, o processo deve ser visto e construído a partir desta diversidade e complexidade humana.

Morin (2005, pág. 127-128) retrata isso com muita sabedoria quando afirma:

Uma grande parte, a parte mais importante, a mais rica, a mais ardorosa da vida social, vem das relações intersubjetivas. Cabe até dizer que o caráter intersubjetivo das interações no meio da sociedade, o qual tece a própria vida dessa sociedade, é fundamental. Para conhecer o que é humano, individual, interindividual e social, é preciso unir explicação e compreensão. O próprio sociólogo não é uma mente apenas objetiva; ele faz parte do tecido intersubjetivo. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que, potencialmente, todo sujeito é não apenas ator, mas autor, capaz de cognição/escolha/decisão. A sociedade não está entregue somente, sequer potencialmente, a determinismos materiais; ela é um mecanismo de confronto/cooperação entre indivíduos sujeitos, entre os "nós" e os "Eu".

Em se tratando da opinião dos responsáveis pela seleção nas Universidades e em relação às questões intersubjetivas, podemos perceber que estes aspectos não são valorizados, principalmente por receio de comprometer a isonomia do processo e certo desconhecimento sobre as diversas formas que as pessoas expressam sua subjetividade.

Em relação à variável “**direito social**” ficou constado que, com respostas mais homogêneas, 70% dos sujeitos acreditam que a bolsa deveria ser mais divulgada nas Universidades e que os critérios poderiam ser mais transparentes (67%). Até porque, como realmente funcionam os critérios de desempate,

considerando a oferta e a demanda? Isso fica somente a cargo da administração do processo de seleção? São questões que não ficam totalmente claras.

Quando o foco é relativo às questões da variável “**atendimento**” identificamos que, embora o atendimento realizado pelos profissionais nas Universidades tenha sido bem avaliado, o aluno bolsista vê esse atendimento muito mecânico e burocratizado. Ou seja, o contato estabelecido resume-se a disponibilizar informações e procedimentos básicos sobre a concessão da bolsa.

Fica evidente a necessidade de se desenvolver nestes atendimentos a arte da escuta, do saber ouvir e da acolhida. Esse é o diferencial. É o que pode permitir construir uma seleção para concessão de bolsa mais humana. É o que possibilita o encontro entre os dois sujeitos do processo. Um lugar onde se pode ouvir e conhecer a história de vida de cada um na sua singularidade, na sua particularidade, enfim, na sua subjetividade. Pois para humanizar essa atividade não é necessário chorar junto com o aluno para indicar respeito, dar a bolsa a todos para indicar compreensão, não exigir o cumprimento de todos os procedimentos para indicar companheirismo. Com certeza, uma simples, mas atenta e efetiva escuta é o primeiro passo para qualificar o atendimento, aprimorar a metodologia e, a partir disso, humanizar o processo. Significa trazer o sujeito nas suas várias dimensões para o centro de nossas preocupações, investigações e práticas profissionais e sociais.

Em relação à variável “**critérios**”, constatamos que a utilização do critério socioeconômico para concessão de bolsa é preferido pelos alunos bolsistas como um procedimento legítimo para atribuição deste recurso a quem dele necessitar. O estudo demonstra também que, embora preterido quando comparado ao critério por mérito acadêmico, os alunos indicam que não acham fácil participar deste processo (55% da amostra). Concluímos que este posicionamento seja proveniente dos procedimentos considerados burocráticos, embora necessários, que uma seleção socioeconômica exige.

Quanto às Universidades, verificamos que os alunos bolsistas da PUC/SP são mais conscientes do direito à bolsa de estudos, por conta da natureza filantrópica da Universidade, do que os alunos da Unicastelo. Isso, com certeza, é proveniente do fato da PUC/SP ter um serviço estruturado, ao qual o aluno tem acesso antes mesmo de ingressar na Instituição. Isso é evidenciado por um dos consultores da Unicastelo, quando afirma:

Por não ter um programa de bolsa caracterizado filantrópico divulgado na Comunidade, dificilmente um aluno já vem para cá pensando em obter bolsa de estudos. O que a gente tem observado dos alunos é que no meio do caminho acontece alguma coisa, como por exemplo, perda de emprego ou doença na família (...) Não que não estivesse numa situação difícil [socioeconômica], pois é o perfil do aluno daqui. (...) Então, uma parte, ao menos do que a gente tem olhado, é o [alunos] que entrou aqui sem grandes pretensões da bolsa, até porque não há nada divulgado, e aí numa emergência ele solicitou e acabou conseguindo.

Verificou-se também que independente de a Universidade ter o Programa de bolsa estruturado, como é o caso da PUC/SP, ou não, como é o caso da Unicastelo, quando se trata da qualidade de atendimento disponibilizado aos alunos, as duas Instituições possuem médias de avaliação muito próximas (cf. tabela 19). Isso significa e reforça a constatação que a qualidade do atendimento é o grande diferencial no processo de bolsa, pois a sua importância e avaliação independe da Universidade ter ou não um programa de bolsa já estruturado.

Observamos que há um grande esforço por parte das Universidades investigadas em atender às normas exigidas pela lei de filantropia, até porque, e numa determinada instância, isso é imprescindível para sua sobrevivência financeira. Desta forma, planejam melhorar esse atendimento através de sistema de divulgação mais expressivo e de maior competência para construção e aplicação do questionário, dos instrumentos de controle, da realização de visitas domiciliares, da análise socioeconômica.

Não percebemos nas falas de nenhum dos profissionais coordenadores um indicativo de que a melhora deste atendimento estivesse relacionada à qualidade na escuta. Para tanto, e para dar conta do conjunto de implicações que se apresentam no bojo desse processo, precisamos desenvolver competências não somente técnicas, mas, e principalmente, relacionais.

Diante das exigências legais impostas às Entidades Beneficentes de Assistência Social (filantrópicas) constatamos, a partir das análises das políticas e programas de bolsa, que esta área ainda carece de maior organização principalmente no que se refere ao desenvolvimento de competências e de uma equipe mais bem preparada para atuar junto às novas e complexas demandas que se apresentam neste contexto.

O programa de bolsa é um espaço de atuação das Universidades na gestão e comprovação da sua assistência social, enquanto razão e finalidade da sua existência. Exatamente por esse motivo, merece uma atenção mais cuidadosa sobre os vários aspectos que compõem e está implícito nesta atividade, indo desde a garantia de um direito social e educacional até o cuidado para a dimensão intersubjetiva, pois se trata de uma responsabilidade social direcionada a sujeitos sociais e coletivos.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M. Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BISPO, Adriana de Araújo. Estresse e Trabalho: os assistentes sociais na mira do *Burnout*. Mestrado em Serviço Social - PUC/SP, 2004.

CARVALHO, Edgard de Assis, ALMEIDA, Maria da Conceição de, FERRARA, Nelson Fiedler-, COELHO, Nelly Novaes; MORIN, Edgar – *Ética, solidariedade e complexidade*, São Paulo: Palas Athena, 1998.

DAMÁSIO, Antônio. Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos. Adaptação para o português do Brasil Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. – 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

FONTES, Fátima Cristina Costa. A força do afeto na família: uma possibilidade de interrupção da prática infracional de adolescentes em liberdade assistida. Mestrado em Psicologia Social – PUC/SP, 2004.

GONZÁLES Rey, Fernando Luís. Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia – São Paulo: Pioneira Thomson Learning – 2005.

_____, Fernando Luís. Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural – Trad. Raquel S. L. guzzo – São Paulo: Pioneira Thomson Learning , 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: Esboço de uma interpretação histórico - metodológica. 10º ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. 6ª edição, São Paulo: Cortez, 2003.

_____, Marilda Vilela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. 4º ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: Identidade e Alienação – 9ª ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

_____, Maria Lúcia Rodrigues On, Salma Tannus Muchail (organizadoras). Uno e Múltiplo nas relações entre as áreas do saber - 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

MATURANA, H. R. (1999). Emoção e linguagem na educação e política. Ed. UFMG.

_____, e Verden-Aoller (2004). Amar e Brincar: Fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Atenas.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Tradução: Dulce Matos. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

_____. *Os sete saberes necessários à educação no futuro*. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez e UNESCO, 2000.

_____. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução: Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *Em busca dos fundamentos perdidos – Textos sobre o marxismo*. Tradução: Maria Lucia Rodrigues e Salma Tannus. Porto Alegre: Sulina, 2002.

RODRIGUES, Maria Lúcia. (2002) Medos e Incertezas no Exercício Profissional. Texto reorganizado a partir de artigo publicado nos Cadernos de Serviço Social,

Ano IX, nº 17. Número especial comemorativo dos cinqüentas anos da Faculdade de Serviço Social, PUC/CAMP, Dezembro de 2000, pp. 108 – 116.

_____, (org.) Ações e interlocuções: estudo sobre a prática profissional do assistente social – 2. ed. Corr. – São Paulo: Veras Editora, 1999. – (Série Núcleos de Pesquisa. 2).

_____, Estudo avaliativo sobre a utilização e aplicabilidade do planejamento pelo assistente social. Dissertação de Mestrado apresentando ao Programa de Serviço Social. PUC/SP. São Paulo: 1976.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira, pp. 112-115, São Paulo: HUCITEC, 1993.

SAWAIA, B. Bader. “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/ inclusão”. In: SAWAIA, B. Bader (org). As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. Por que investigo afetividade? Texto apresentado para concurso de promoção na carreira para a categoria de Professor Titular do Departamento de Sociologia da PUCSP. 2000.

_____. A falsa cisão retalhadora do homem. In MATINELLI, Maria Lúcia. Maria Lúcia Rodrigues On, Salma Tannus Muchail (organizadoras). Uno e Múltiplo nas relações entre as áreas do saber - 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. *Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente*. Revista da Fundação SEADE - Educação, cultura e sociedade. Volume 14/ nº 2 - Abr-jun/2000.

SPOSATTI, Aldaísa – Mapa da Exclusão/ inclusão na Cidade de São Paulo, EDUC, São Paulo, 1996.

YAZBEK, Maria Carmelita. “Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira”. In: Legislação Brasileira para o Serviço Social: Coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social/ (organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região – Gestão 2002-2005). – São Paulo: O Conselho. 2004.

_____. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. In: Temporalis nº 3 (ABEPSS) Brasília, 2001.

_____. Classes Subalternas e assistência social – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

JORNAIS E PERIODICOS

Subjetividades Contemporâneas – Conferência 20 anos do Instituto Sedes Sapientiae. Ano 1 – Nº 1 – São Paulo, 1997.

Cadernos de Serviço Social – NUPOSS – Núcleo de Políticas Sociais e Serviço Social : “Como o programa de bolsas de estudo vem auxiliando o aluno em sua vida escolar”, Ano VII Nº 12 - PUC – Campinas, 1998.

Legislação Brasileira para o Serviço Social: Coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social/ (organização Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região – Gestão 2002-2005). – São Paulo: O Conselho. 2004.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2ª ed. Revisada e Ampliada. Editora Nova Fronteira.

Artigos Folha de São Paulo (Caderno Ilustrada)

“Corpo e mente” – Contardo Calligaris -E 14 - 6 de abril de 2006.

“Estrela Solitária: fuga para o passado” – Contardo Calligaris -E 12 – 27 de abril de 2006.

“O verdadeiro Petista” – Contardo Calligaris -E 10 - 13 de abril de 2006.

“Em companhia de Freud” – Contardo Calligaris -E 10 – 18 de maio de 2006.

ANEXOS

INSTITUIÇÃO QUE CONCLUIU O ENSINO MÉDIO: () PÚBLICA () PRIVADA IDADE: _____

PERCENTUAL DE BOLSA: _____ CURSO DE GRADUAÇÃO _____

SEXO: F () M () ESTADO CIVIL: _____

AJUDA NO SUSTENTO DA FAMÍLIA: () SIM () NÃO

POSSUI FILHOS: SIM () NÃO ()

INSTRUÇÕES:

- 1- Dê sua opinião a respeito de cada questão, fazendo um círculo em torno de um dos números da escala de pontuação, que expressa seu grau de concordância, ou discordância, em relação à afirmação feita. O máximo de **CONCORDÂNCIA** é expresso pelo número **5** e o máximo de **DISCORDÂNCIA** pelo número **1**.
- 2- Por favor, não deixe nenhuma questão sem a sua resposta.

QUESTÕES AFIRMATIVAS	ESCALA DE PONTUAÇÃO				
1 - Os critérios de seleção para bolsa não são eficazes.	1	2	3	4	5
2 - Participar do processo de seleção para bolsa na Universidade me deixa constrangido	1	2	3	4	5
3 - Há pouca divulgação para os alunos da bolsa de estudos pela Universidade.	1	2	3	4	5
4 - Os profissionais que realizam o atendimento aos candidatos a bolsa são preconceituosos.	1	2	3	4	5
5- É mais fácil participar de uma seleção por critério socioeconômico do que por mérito acadêmico.	1	2	3	4	5
6 - Sinto-me humilhado em ter que pedir bolsa	1	2	3	4	5
7 - A documentação solicitada é necessária para “justiça” do processo de seleção.	1	2	3	4	5
8 - Os profissionais atendem a todos com muito respeito.	1	2	3	4	5
9 - É preciso dizer que se está na miséria para se conseguir a bolsa de estudos.	1	2	3	4	5
10 – Usufruir o benefício da bolsa de estudos é a única forma de dar prosseguimento aos estudos.	1	2	3	4	5
11 – Sinto que o acesso à bolsa de estudos não é “clientelista”, pois não privilegia somente alguns estudantes.	1	2	3	4	5
12 - O processo de seleção é muito burocrático.	1	2	3	4	5
13 - Os profissionais são compreensíveis às necessidades apresentadas pelos estudantes.	1	2	3	4	5
14 - Os critérios de seleção de bolsas não são “claros”.	1	2	3	4	5
15 - Prefiro ser selecionado por minha competência (conhecimento).					
16 – A bolsa de estudo me faz sentir em situação de débito com relação a outros alunos	1	2	3	4	5

LEGENDA:

At – Atendimento

Sb – Subjetividade

Cr – Critérios

Ds – Direito Social

LOCAL DE TRABALHO: _____

FORMAÇÃO: _____ ESPECIALIZAÇÃO _____

TEMPO DE TRABALHO NA INSTITUIÇÃO: _____

ROTEIRO PARA ENTREVISTA (TÓPICOS):

- Programa de Bolsa por carência financeira e / ou vulnerabilidade social.
- Critério/indicadores para concessão.
- Processo de divulgação e renovação da bolsa (semestral/ anual).
- Tipos de bolsa (integral/ parcial)
- Perfil do bolsista (socioeconômico, acadêmico, afetivo).
- A comissão decisória de bolsa (composição).
- A metodologia de bolsa (atual e histórico).
- Filantropia e programa de bolsa.
- Questões subjetivas e processo de bolsa de estudos.
- Etapas / procedimentos do processo de bolsa.
- A metodologia ProUni e a bolsa filantrópica.